

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Auditório da Casa das Artes de Arcos de Valdevez, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, sob a presidência de João Manuel do Amaral Esteves, secretariado por Elizabeth Morais Caldas Fernandes (primeira-secretária) e Sabina de Sousa Cerqueira, em substituição do segundo-secretário, por motivo de falta deste. -----

CHAMADA - à chamada, que se efetuou às catorze horas e trinta minutos, por falta de quórum à hora marcada para o início da sessão (catorze horas), responderam sessenta e oito membros da Assembleia Municipal. -----

JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS – apresentou justificação de falta, que foi aceite, José Azevedo Gomes. Beatriz Saraiva Ramalho e Rui Manuel Cerqueira Galvão da Rocha solicitaram substituição por ausência temporária inferior a trinta dias mas, em conformidade com o nº 3 do artigo 61º do Regimento, não foi dado provimento a estes pedidos, sendo apenas consideradas justificadas as respetivas faltas. -----

Não estiveram presentes nesta reunião, nem justificaram a respetiva falta, António Duarte Teixeira Afonso Rodrigues e Horácio Costa Cerqueira. -----

Os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Oliveira (Bruno Filipe Cerqueira Gomes), de Soajo (Alexandre Barreira Gomes) e de Vilela, S. Cosme e S. Damião e Sá (José Carlos de Brito Faria) comunicaram que seriam substituídos nesta sessão pelas/o respetivas/o secretárias/o, Carla Cristina Gomes da Silva Ribeiro, Miguel Alexandre Soares Rodas e Maria do Carmo Amorim de Barros Fernandes.

A Câmara Municipal foi representada nesta sessão pelo seu Presidente – Olegário Gomes Gonçalves – tendo também assistido à mesma, na totalidade ou em partes, as Vereadoras Emília da Graça Neto Cerdeira, Marlene Cristiana Amorim de Barros, Flávia Daniela Oliveira Afonso e Angélica Leite da Costa Ferreira, bem como o Vereador João Carlos de Barros Taveira Santos do Vale. -----

INFORMAÇÕES E CORRESPONDÊNCIA: - o Senhor Presidente da Assembleia colocou à apreciação do Plenário, em conformidade com o nº 2 do artigo 60º do Regimento da Assembleia, o requerimento de suspensão do mandato por um ano, de um de fevereiro de dois mil e vinte e seis a trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e sete, apresentado por Norberto Nuno Domingues de Brito, não se tendo verificado qualquer objeção. Informou que foi convocado Luís Manuel Duarte Sendão, para ocupar a vaga no Grupo Municipal do PSD. -----

Referiu que o Senhor Vítor Manuel do Canto Covelo não compareceu para tomar posse, nem apresentou qualquer justificação, pelo que foi considerada a sua renúncia, nos termos do artigo 62º do Regimento, tendo sido convocada a Senhora Ângela Maria Marinho Rodrigues para ocupar a vaga no Grupo Municipal do PS até final do mandato. Acrescentou que, entretanto, tinha também sido convocado Rui Manuel Cerqueira Galvão da Rocha para continuar a substituição de Sílvia de Brito Gonçalves Cerqueira. -----

Deu conhecimento de que a Senhora Maria Lúcia Martins de Araújo, candidata nas listas do PS, comunicou que abdica do seu mandato. -----

Informou também que solicitaram substituição, por ausência temporária inferior a trinta dias, Ana Rafaela Alves Fernandes Gave e Vítor Manuel Morais de Sousa, do Grupo Municipal do PS, tendo sido convocados para as respetivas substituições nesta sessão Beatriz Saraiva Ramalho e Jorge Saraiva de Barros. -----

Por último, deu conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão, declarando-a à disposição de quem pretendesse consultá-la. -----

Tendo-se procedido ao registo magnético da sessão, e verificando-se estar o mesmo em boas condições, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas. -----

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO: - não houve inscrições para discussão do projeto da ata, vindo o mesmo a ser **aprovado, por unanimidade**. Não participou na votação quem não esteve presente na sessão a que a mesma respeita. -

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram Andreia Pinto – *Anexo 1*; Cátia Magalhães (PSD) – *Anexo 2*; Torcato Amorim – *Anexo 3*; António Maria Sousa – *Anexos 4, 6 e 7*; Tânia Dias – *Anexo 5*; Jorge Barros (PS) – *Anexo 8*; Tânia Alves (PSD) – *Anexo 9*; Albano Araújo (CH) – *Anexo 10*; Rogério Correia (PS) – *Anexo 11*; Virgílio Dias – *Anexo 12*; Duarte Barros (PS); César Pinto – *Anexo 13*, Rui Amorim – *Anexo 14*; João Silva – *Anexo 15*; Diana Barros (PSD) – *Anexo 16*; Helena Silva (PSD) – *Anexo 17*; Luís Esteves – *Anexo 18*; José Gonçalves (PSD) e Presidente da Câmara. -----

Foram tomadas as seguintes deliberações: -----

- **Aprovados, por unanimidade, dois votos de pesar pelo falecimento do Senhor Porfírio Fernandes Dias**, apresentados pelos Grupos Municipais do PS (*Anexo 1*) e do PSD (*Anexo 2*). -----

- **Aprovados, por unanimidade, dois votos de pesar pelo falecimento da Senhora Professora Luísa da Costa e Sousa**, apresentados pelo Grupo Municipal do PSD (*Anexo 3*) e pelo Senhor António Maria Sousa (*Anexo 4*). -----

- **Aprovado, por unanimidade, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Padre Orlando Fernandes Carreira** (*Anexo 5*), apresentado pelo Grupo Municipal do PSD e subscrito pelo Senhor António Maria Sousa. -----

- **Aprovado, por unanimidade, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Filipe de Amorim Oliveira** (*Anexo 6*), apresentado pelo Senhor António Maria Sousa e subscrito pelos Grupos Municipais do PSD e do PS. -----

- **Aprovado, por unanimidade, voto de pesar pelo falecimento do Senhor José de Lima Mendes** (*Anexo 7*), apresentado pelo Senhor António Maria Sousa e subscrito pelos Grupos Municipais do PSD e do PS. -----

- **Aprovado, por maioria com seis abstenções** – Duarte Barros, Elsa Esteves, José Pereira, Rogério Correia, Ângela Rodrigues e Jorge Barros – **voto de louvor ao funcionário Filmino de Barros Leal** (*Anexo 13*), apresentado pelo Grupo Municipal do PSD e subscrito pelo Senhor António Maria Sousa.

- **Aprovado, por maioria com duas abstenções** – Duarte Barros e Ângela Rodrigues – **voto de louvor ao Senhor Vítor Dantas Barreiro** (*Anexo 14*), apresentado pelo Grupo Municipal do PSD. -----

- **Aprovado, por maioria com três abstenções** – Duarte Barros, Rogério Correia e Ângela Rodrigues – **voto de louvor à Senhora Professora Maria Augusta Gabriel dos Reis Lima** (*Anexo 17*), apresentado pelo Grupo Municipal do PSD. -----

- **Aprovado, por maioria com duas abstenções** – Duarte Barros e Ângela Rodrigues – **voto de louvor ao Senhor Joaquim Cerqueira de Brito** (*Anexo 18*), apresentado pelo Grupo Municipal do PSD e subscrito pelo Senhor António Maria Sousa. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO UM – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXECUTIVO (DEZEMBRO/2025 – FEVEREIRO/2026): - previamente distribuído por escrito, na forma habitual, o Relatório fica arquivado nos documentos que fazem parte desta ata. -----

Intervieram Ângela Rodrigues (PS) – *Anexo 19*, Nuno Brito (PSD) – *Anexo 20*, José Pereira (PS) – *Anexo 21*, Albano Araújo (CH), António Maria Sousa, Rogério Correia (PS) – *Anexo 22*, Elsa Esteves (PS) e Presidente da Câmara. -----

PONTO DOIS – APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES DOS MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA (ARTº 14º - Nº 3 DO REGIMENTO): - o Senhor Presidente da Assembleia referiu que, conforme previsto no Regimento, os Membros da Assembleia que foram eleitos para a representar noutros órgãos devem dar conhecimento das atividades em que participaram nesse âmbito, na primeira sessão de cada ano. -----

Informaram sobre as atividades em que participaram, no âmbito das respetivas representações, Alberto Leiras (PSD), eleito para integrar a Assembleia Intermunicipal do Alto Minho – *Anexo 23*; Luís Machado (PSD), representante da Assembleia na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco – *Anexo 24*; Alberto Faria (PSD), eleito para integrar a Comissão Consultiva da 2ª Revisão do PDM – *Anexo 25*; Rosa Brito (PSD), representante da Assembleia na Comissão Municipal de Toponímia – *Anexo 26*; Rui Amorim, representante das freguesias do concelho na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais – *Anexo 27*; Joaquim Campos, eleito para integrar o Concelho Cinegético Municipal – *Anexo 28*; e César Pinto, representante dos Presidentes de Juntas de Freguesia – *Anexo 29*. -----

Interveio também Madalena Alves Pereira (PS), solicitando esclarecimento. -----

Foram tomadas as seguintes deliberações: -----

PONTO TRÊS – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL INCLUSÃO+: - o

Senhor Presidente da Câmara informou que o presente documento, que aqui de dá como transcrito para todos os efeitos legais e fica arquivado na pasta de documentos que integram esta ata, tinha já sido submetido a consulta pública por um período de trinta dias, conforme disposto no artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, não tendo daí resultado qualquer contributo adicional. Acrescentou que este regulamento visa estabelecer as condições de adesão e utilização, bem como os benefícios do Cartão Municipal Inclusão+, destinado a pessoas com mais de sessenta e cinco anos e também a pessoas com um grau de incapacidade igual ou superior a sessenta por cento. -----

Intervieram Gil Carneiro (PSD) – Anexo 30, Elsa Esteves (PS) – Anexo 31, e André Rodrigues (CH) – Anexo 32. -----

- A Assembleia deliberou, por unanimidade, e em conformidade com o disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, **aprovar o “Regulamento do Cartão Municipal Inclusão+”**. -----

PONTO QUATRO – PROTOCOLOS DE APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM AS FREGUESIAS DE ABOIM DAS CHOÇAS, AGUIÃ, CABANA MAIOR, CENDUFE, MIRANDA, OLIVEIRA, PROZELO, RIO DE MOINHOS, RIO FRIO E VALE, E UNIÕES DE FREGUESIAS DE ARCOS DE VALDEVEZ (SALVADOR), VILA FONCHE E PARADA, DE EIRAS E MEI, DE PADREIRO (SALVADOR E SANTA CRISTINA), DE PORTELA E EXTREMO, DE SOUTO E TABAÇÔ E DE VILELA, S. COSME E S. DAMIÃO E SÁ: o Senhor Presidente da Câmara referiu que, em conformidade com o previsto na alínea

ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, se propunha a aprovação dos protocolos de apoio financeiro no valor de quarenta mil e sessenta e seis euros para as obras e/ou fornecimentos abaixo indicados, acrescido do financiamento para os trabalhos de limpeza e conservação dos caminhos vicinais, a celebrar com as seguintes freguesias e uniões de freguesias: -----

- Aboim das Choças – € 45 989,00 (quarenta e cinco mil novecentos e oitenta e nove euros) – pavimentação das ruas do Paço e do Peso, intervenção no cemitério e aquisição de máquinas, com orçamento de € 56 000,00 (cinquenta e seis mil euros), mais IVA; -----

- Aguiã – € 54 660,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e sessenta euros) – beneficiação dos caminhos de Fundões e da Calçada, requalificação e beneficiação da entrada da freguesia (Emigrante) e do jardim junto à Igreja Paroquial, cujo valor total orçamentado é de € 50 500,00 (cinquenta mil e quinhentos euros), mais IVA; -----

- Cabana Maior – € 49 407,00 (quarenta e nove mil quatrocentos e sete euros) – alargamento e pavimentação dos caminhos do Corguinho, da Portela, de Travassos/Bouças Donas e de Fundo do Eido/Vilela de Lages, e beneficiação da Sede da Junta e do Cemitério, cujo valor total orçamentado é de € 56 000,00 (cinquenta e seis mil euros), mais IVA; -----

- Cendufe – € 47 632,00 (quarenta e sete mil seiscentos e trinta e dois euros) – requalificação da

Sede da Junta de Freguesia, orçada em € 50 000,00 (cinquenta mil euros), mais IVA; -----

- **Miranda – € 54 461,00** (cinquenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e um euros) – alargamento e pavimentação do Caminho da Pontinha, pavimentação da Travessa da Pontinha, do Caminho do Cotinho e do Parque de Merendas em calçada à portuguesa, reconstrução de muro na Travessa de Padrão e construção de muro de vedação da Sede da Junta, obras orçadas em € 139 100,00 (cento e trinta e nove mil e cem euros), mais IVA; -----

- **Oliveira – € 48 797,00** (quarenta e oito mil setecentos e noventa e sete euros) – conservação e beneficiação de diversos caminhos, toponímia e sinalização da freguesia, beneficiação do edifício da escola e outras intervenções em espaços e equipamentos públicos, com um custo total de € 88 000,00 (oitenta e oito mil euros), mais IVA; -----

- **Prozelo – € 55 762,00** (cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta e dois euros) – alargamento e pavimentação do Caminho do Pardo – 2ª fase, alargamento do cemitério e construção de gavetões e columbários, com orçamento de € 53 000,00 (cinquenta e três mil euros), mais IVA; -----

- **Rio de Moinhos – € 49 477,00** (quarenta e nove mil quatrocentos e setenta e sete euros) – beneficiação e pavimentação do Caminho do Cobo; beneficiação dos passeios e caminho lateral; beneficiação do Caminho do Tume; alargamento, pavimentação e muro de suporte do Largo de Cem; alargamento e regularização do pavimento do Caminho dos Fentos em Soutelo e drenagem de águas pluviais no lugar da Breia, cujo custo ascende a € 50 151,50 (cinquenta mil cento e cinquenta e um euros e cinquenta cêntimos), mais IVA; -----

- **Rio Frio – € 52 551,00** (cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta e um euros) – beneficiação de rede de abastecimento em fontanários, beneficiação de cemitérios (acesso pedonal, rampa, depósito de água), construção de muros e alargamentos, obras orçadas em € 39 500,00 (trinta e nove mil e quinhentos euros), mais IVA; -----

- **Vale – € 54 146,00** (cinquenta e quatro mil cento e quarenta e seis euros) – Caminho de Carvalhedeo com ligação a Parada – 2ª fase, com orçamento no valor de € 86 000,00 (oitenta e seis mil euros), mais IVA; -----

- **Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada – € 69 299,20** (sessenta e nove mil duzentos e noventa e nove euros e vinte cêntimos) – pavimentação do Caminho de Romarigos/Parada, arranjo dos lavadouros de Vilafonche e de Parada, muro de suporte ao Caminho de Tourim/Vilafonche, intervenção nos cemitérios de Vilafonche e de Parada e beneficiação das sedes de junta de Vilafonche e Parada, cujo orçamento ascende a € 51 500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos euros), mais IVA; -----

- **Eiras e Mei – € 53 306,00** (cinquenta e três mil trezentos e seis euros) – alargamento e pavimentação dos caminhos do Outeiro e do Urzal (prolongamento), recuperação dos tanques públicos do Carvalhal (Eiras) e da Devesa (Mei), reabilitação da envolvente à Igreja de Eiras (1ª fase) e concretização do Trilho da Ervideira, com orçamento de € 95 000,00 (noventa e cinco mil euros), mais IVA. Acresce a

verba de € 2 496,00 (dois mil quatrocentos e noventa e seis euros) destinada ao transporte de contentores em locais de difícil acesso; -----

- **Padreiro (Salvador e Santa Cristina) – € 52 121,00** (cinquenta e dois mil cento e vinte e um euros) – pavimentação do Caminho do Cachapedro ao Pousado – 1ª fase, em Padreiro (Santa Cristina), e do caminho que liga a Zona Industrial à Ecovia do Rio Lima, em Padreiro (Salvador), cujo custo total ascende a € 67 000,00 (sessenta e sete mil euros), mais IVA; -----

- **Portela e Extremo – € 50 794,00** (cinquenta mil setecentos e noventa e quatro euros) – alargamento e pavimentação de caminho no lugar de Alemparte, beneficiação do cemitério da Portela, construção de muro no lugar de Outeiro, alargamento e construção de muro no lugar de Castanheira de Cima e alargamento de caminho no lugar de Mourisca, com orçamento de € 51 500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos euros), mais IVA; -----

- **Souto e Tabaçô – € 58 736,00** (cinquenta e oito mil setecentos e trinta e seis euros) – recuperação e beneficiação da escola primária de Souto, beneficiação dos caminhos da Fonte do Lobo (2ª fase), da Aveleira (2ª fase) e do Mato, pavimentação dos caminhos da Tapada, da Feteira/Souto (2ª fase), do Casal à Portela e do Montinho e Corte do Penedo e conservação e reparação de diversos caminhos, cujo custo total ascende a € 111 812,00 (cento e onze mil oitocentos e doze euros), mais IVA; -----

- **Vilela, S. Cosme e S. Damião e Sá – € 56 872,00** (cinquenta e seis mil oitocentos e setenta e dois euros) – alargamento e beneficiação do Cemitério de São Cosme e São Damião, com orçamento de € 51 602,50 (cinquenta e um mil seiscentos e dois euros e cinquenta cêntimos), mais IVA. -----

Intervieram Andreia Veloso – *Anexo 33*, António Maria Sousa, Ângela Rodrigues (PS) – *Anexo 34*, e Presidente da Câmara. -----

- **A Assembleia deliberou, por unanimidade**, e em conformidade com o disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, **aprovar os protocolos de apoio financeiro a celebrar com as freguesias de Aboim das Choças, Aguiã, Cabana Maior, Cendufe, Miranda, Oliveira, Prozelo, Rio de Moinhos, Rio Frio e Vale, e com as uniões de freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, de Eiras e Mei, de Padreiro (Salvador e Santa Cristina), de Portela e Extremo, de Souto e Tabaçô e de Vilela, São Cosme e São Damião e Sá, conforme proposto.** -----

PONTO CINCO – PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO PARA O CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:

- o Senhor Presidente da Câmara informou que, na sequência da aposentação do seu titular e considerando a urgência por conveniência de serviço, designou, em regime de substituição, o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira. Acrescentou que se tornava necessário proceder à abertura de procedimento concursal, pelo que era apresentada à Assembleia Municipal, nos termos previstos no artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que procede

à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, a seguinte proposta de composição do Júri de recrutamento para o referido cargo: -----

Presidente do Júri – Faustino Gomes Soares - Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, aposentado; -----

1º Vogal – António Alberto Moreira do Rego – Chefe de Divisão Financeira da Câmara Municipal de Viana do Castelo; -----

2º Vogal – Luís Miguel Rodrigues de Matos - Chefe de Equipa Multidisciplinar da Unidade Administrativa e Financeira da CIM do Ave. -----

Intervieram Jorge Amorim (PSD) – *Anexo 35*, Madalena Alves Pereira (PS) – *Anexo 36*, António Maria Sousa e Presidente da Câmara. -----

- A Assembleia deliberou, por maioria com dez abstenções – Albano Araújo, André Rodrigues, Liliana Ribeiro, Duarte Barros, Elsa Esteves, José Pereira, Madalena Alves Pereira, Rogério Correia, Ângela Rodrigues e Jorge Barros – e em conformidade com o previsto no artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, nas suas redações atuais, **aprovar a proposta de composição do júri de recrutamento para o cargo de Chefe da Divisão Administrativa e Financeira.** -----

APROVAÇÃO EM MINUTA: - o Senhor Presidente da Assembleia leu a minuta da ata desta sessão, colocando-a à apreciação do Plenário. Não havendo inscrições para a sua discussão, passou-se de imediato à votação, vindo o documento a ser **aprovado, por maioria com a abstenção** de Filipe Costa, em conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções. -----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia agradeceu a todos os presentes e, quando eram dezoito horas e vinte minutos, encerrou os trabalhos desta sessão, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, há-de ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e por mim, Isabel Gonçalves, que a lavrei. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXOS

1 a 36

27/02/2026



**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia
27 de fevereiro de 2026**

Votos de Pesar

Pelo falecimento do Senhor Porfírio Fernandes Dias, Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Rio Frio.

A Junta de Freguesia de Rio Frio, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Senhor Porfírio Fernandes Dias, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Rio Frio, que ao longo de décadas dedicou a sua vida ao serviço da causa pública e da sua comunidade.

Desempenhou funções como Secretário entre 1980 a 1986, durante 6 anos e como Presidente da Junta de Freguesia durante 27 anos de 1986 até 2013, num percurso autárquico marcado pelo compromisso, pela proximidade às populações e pelo empenho no desenvolvimento da freguesia.

O seu contributo para o poder local democrático e para a afirmação da sua terra ficará inscrito na memória coletiva da comunidade que serviu com dedicação e sentido de responsabilidade.

Neste momento de consternação, a Junta de Freguesia de Rio Frio expressa à família, amigos e a todos os que com ele privaram as mais sentidas condolências.

Propõe-se que este Voto de Pesar seja aprovado por esta Assembleia, observado um minuto de silêncio em sua homenagem e que dele seja dado conhecimento à família enlutada.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026,

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista



Voto de Pesar Porfírio Fernandes Dias

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,

O Grupo Municipal do PSD de Arcos de Valdevez expressa o seu mais profundo pesar pelo falecimento do Senhor **Porfírio Fernandes Dias, figura de grande relevância para a freguesia de Rio Frio e para o concelho**, cuja vida pública foi marcada por dedicação, responsabilidade e um exemplar espírito de serviço à comunidade.

O Senhor Porfírio Fernandes Dias iniciou o seu percurso autárquico como **Secretário da Junta de Freguesia de Rio Frio, cargo que exerceu entre 1980 e 1986. Nesse mesmo ano, foi eleito Presidente da Junta de Freguesia, funções que desempenhou durante 27 anos**, até 2013. Ao longo destas décadas, deixou uma marca profunda no desenvolvimento da freguesia, contribuindo de forma decisiva para a melhoria das condições de vida da população e para o fortalecimento da identidade local.

Para além do seu papel institucional, o Senhor Porfírio Fernandes Dias foi reconhecido como um homem simples, próximo, acessível e de valores firmes. Construiu relações de amizade, respeito e confiança que perdurarão na memória de todos quantos com ele conviveram. A sua entrega à causa pública, o amor à freguesia e o compromisso com o bem comum constituem um legado que honra Rio Frio e o concelho de Arcos de Valdevez.

O Grupo Municipal do PSD de Arcos de Valdevez apresenta à família enlutada, aos amigos e à comunidade de Rio Frio as mais sentidas condolências, associando-se ao luto de todos aqueles que reconhecem no Senhor Porfírio Fernandes Dias um exemplo de dedicação e serviço público.

A sua memória permanecerá viva na freguesia de Rio Frio e no concelho de Arcos de Valdevez.

Muito obrigada.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026

Voto de Pesar

Grupo Municipal do PSD de Arcos de Valdevez

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais

O Grupo Municipal do PSD de Arcos de Valdevez manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de **Luísa da Costa e Sousa**, cidadã arcuense que desempenhou um papel relevante na vida democrática do concelho, tendo integrado a **primeira Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez**. A sua participação ativa nesse momento fundador do poder local democrático contribuiu para a consolidação das instituições e para o fortalecimento da representação política no período pós-25 de Abril.

Dotada de um forte sentido cívico, responsabilidade e dedicação à causa pública, Luísa da Costa e Sousa assumiu o seu papel com empenho e espírito de serviço, deixando um testemunho de compromisso com a comunidade e com os valores democráticos que marcaram o início de uma nova etapa na vida autárquica do concelho.

Recordada como uma mulher de princípios firmes, de proximidade e de respeito pelos outros, a sua presença e contributo permanecem como exemplo de participação e de entrega ao bem comum.

O Grupo Municipal do PSD de Arcos de Valdevez apresenta à família enlutada, aos amigos e a todos quantos com ela privaram as mais sinceras condolências, reconhecendo o valor do seu percurso e o impacto da sua ação na história democrática do concelho.

Que a sua memória perdure como inspiração para todos aqueles que servem Arcos de Valdevez.

Muito obrigado.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026

Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2026

Voto de pesar

Faleceu, no passado dia 26 de janeiro de 2026, aos 98 anos de idade, no Hospital de Santa Luzia, em Viana do Castelo, a D. Luísa da Costa e Sousa. Era mãe de Álvaro Manuel de Sousa Barros Gomes e avó de Catarina Alexandra Guimarães Gomes e de Ricardo Jorge Guimarães de Barros Gomes.

A D. Luísa era professora aposentada. A sua carreira passou por algumas freguesias, tendo sido grande parte dela entre Padreiro e Távora. Foram centenas os alunos que tiveram a oportunidade de aprender com ela, nos quais eu me incluo. Foi uma professora que me marcou e, já em adulto, fui tendo muito contacto com ela, muitas conversas de uma enorme lucidez, que vou sempre recordar com carinho. Era uma excelente professora, de elevada exigência, que contribuiu para a formação de várias gerações do nosso concelho.

Por tudo isto, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Padreiro (Salvador e Sta Cristina) vem propor que seja aprovado este voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento à família, endereçando-lhes as mais sentidas condolências e que seja cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Padreiro (Salvador e Sta
Cristina)

António Maria Sousa



GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ



Voto de Pesar

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,

O Grupo Municipal do PSD de Arcos de Valdevez manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do **Padre Orlando Fernandes Carreira**, no passado dia 13 de janeiro de 2026, aos 47 anos de idade.

Ordenado sacerdote em 24 de julho de 2011, o Padre Orlando Carreira iniciou o seu percurso pastoral no concelho enquanto diácono, permanecendo desde então ao serviço da comunidade arcuense com dedicação exemplar. Ao longo de cerca de 15 anos de ministério, distinguiu-se pela proximidade humana, pela entrega ao serviço da fé e pelo compromisso com as populações que acompanhou.

À data do seu falecimento, era responsável **por sete paróquias do concelho de Arcos de Valdevez: Aboim das Choças, Álvora, Eiras, Loureda, Mei, Portela e Sabadim**, onde deixou uma marca profunda de humanidade, solidariedade e espírito de missão. Fez muito por todas as paróquias por onde passou no concelho, sempre com uma presença atenta, dedicada e generosa, contribuindo para fortalecer laços comunitários e apoiar quem mais precisava.

Para além do sacerdote dedicado, o Padre Orlando foi, para muitos, um amigo: alguém que sabia escutar, apoiar e estar presente nos momentos mais importantes da vida das pessoas. A sua partida representa uma perda sentida para todo o concelho, para os fiéis que acompanhou e para todos aqueles que reconheceram no seu ministério um exemplo de generosidade, serenidade e entrega ao próximo.

O Grupo Municipal do PSD de Arcos de Valdevez endereça à família, amigos, paroquianos e à Diocese de Viana do Castelo as mais sentidas condolências, associando-se ao luto e à homenagem em memória do Padre Orlando Carreira.

Que o seu legado perdure e continue a inspirar a Comunidade que serviu com tanta dedicação e amizade.

Muito obrigada.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026

Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2026

Voto de pesar

Faleceu, no passado dia 31 de janeiro de 2026, aos 49 anos de idade, no Hospital de Santa Luzia, em Viana do Castelo, o Sr. Carlos Filipe de Amorim Oliveira. Era casado com Anabela Amorim da Costa Oliveira e pai de Beatriz da Costa Oliveira e de Hugo Filipe da Costa Oliveira.

O Filipe era um empresário muito conhecido no nosso meio nas áreas de construção civil e obras públicas e na agricultura. Um homem extremamente dinâmico e trabalhador. A juntar a isto era uma excelente pessoa, de um enorme carácter. Gostava de ajudar os outros, era muito presente na vida da comunidade. Ajudava muito a paróquia, tendo sido festeiro da Festa do Senhor da Boa Sorte, em Jolda (Madalena). Deixa um enorme vazio no nosso meio e um sentimento de injustiça pela partida em tão jovem idade, mas a força com a qual lutou contra o problema de saúde que tinha foi mais um exemplo da sua coragem e bravura e é assim que vai sempre ser recordado pela família e amigos.

Por tudo isto, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Padreiro (Salvador e Sta Cristina) vem propor que seja aprovado este voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento à família, endereçando-lhes as mais sentidas condolências e que seja cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Padreiro (Salvador e Sta Cristina)

António Maria Sousa

Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2026

Voto de pesar

Faleceu, no passado dia 04 de fevereiro de 2026, aos 91 anos de idade, no Hospital de Ponte de Lima, o Sr. José de Lima Mendes. Era casado com Maria Alice Fernandes de Sousa e pai de Lúcia Clara de Sousa Lima Mendes, de Júlio Dinis de Sousa Lima Mendes, de Dario de Sousa Lima Mendes e de Eugénia de Sousa Lima Mendes.

O Sr. Lima, como era conhecido no nosso meio, era um empresário na área da madeira. Tinha uma fábrica de serração por si criada há mais de 50 anos. Era um homem muito dinâmico, com uma enorme capacidade de trabalho e uma grande força de vontade, que manteve até ao fim da vida. Empregou, ao longo do seu trajeto, dezenas de trabalhadores da nossa zona na sua fábrica. Era um homem íntegro e dedicado à família, que deixa na comunidade uma enorme saudade.

Por tudo isto, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Padreiro (Salvador e Sta Cristina) vem propor que seja aprovado este voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento à família, endereçando-lhes as mais sentidas condolências e que seja cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Padreiro (Salvador e Sta Cristina)

António Maria Sousa





**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia
27 de fevereiro de 2026**

Lista de inscritos do Grupo Municipal do Partido Socialista

- ✓ 1— Jorge Barros;
- ✓ 2— Rogério Correia;
- ✓ 3— Duarte Barros;

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026,
Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 27 de fevereiro de 2026

EN 202 — Uma Estrada ao Abandono

que alimenta as freg. do Sudoeste do Concelho,

A EN 202 é uma artéria vital do nosso concelho, serve mais de 40% da população arcuense, atravessa múltiplas Freguesias e Uniões de Freguesia, liga-nos a Ponte da Barca e ao IC28, duas zonas industriais, a Escola Padre Himalaya e o Centro de Meios Aéreos de Tabaçô, é, por tudo isso, uma via com responsabilidade estruturante para este território.

E no entanto, Sr. Presidente, esta estrada foi abandonada há demasiado tempo.

O troço sob responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, IP, não sofre uma intervenção de fundo, desde há muito, são décadas de remendos, que este inverno rigoroso veio expor de forma cabal: buracos com 12 a 14 centímetros de profundidade, impossíveis de tapar, que constituem um perigo real e imediato para quem circula nesta via todos os dias.

Esta situação é indigna e é urgente.

É neste enquadramento que a bancada do Partido Socialista recomenda ao Sr. Presidente que:

Primeiro, exerça com determinação a sua magistratura de influência junto do Senhor Ministro das Infraestruturas, exigindo a reabilitação urgente do pavimento, sinalética e condições de segurança desta estrada.

Segundo, assuma como prioritária a construção da variante das Mogueiras com ligação ao IC28, retirando o tráfego pesado desta via antes que o dano se torne irreversível.

Terceiro, caso as medidas anteriores não produzam resultados num prazo razoável, que o Município prolongue a solução já encontrada para a Ponte Nova, assumindo a responsabilidade integral deste troço até Jolda São Paio, porque a coesão territorial não pode ser seletiva.

Quem vive no Sudoeste deste concelho merece o mesmo que os demais, estamos aqui para exigir que essa solução exista.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026,

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

Jorge Barros



A9-1

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,

Senhores Deputados Municipais

Entre o final de janeiro e o início de fevereiro de 2026, Portugal foi atingido por um comboio de tempestades de intensidade excecional. As depressões Ingrid, Joseph, Kristin, Leonardo e Marta sucederam-se em poucos dias, sem dar tréguas ao território nacional e às suas populações.

O IPMA classificou este episódio como um fenómeno raro, comparável apenas às tempestades de 2009 e 2018, tendo descrito a depressão Kristin como uma verdadeira “bomba meteorológica”.

O Governo decretou o estado de calamidade em dezenas de municípios e aprovou um pacote excecional de medidas no valor de 2,5 mil milhões de euros.

O concelho de Arcos de Valdevez, pela sua morfologia de montanha e pela extensão do seu território, não ficou imune a este suceder de intempéries. Já antes da passagem das tempestades, as chuvas intensas e persistentes dos dias anteriores vinham fragilizando terrenos, saturando solos e elevando os caudais dos cursos de água, criando condições para os danos que se seguiriam. O concelho sofreu inundações significativas e danos materiais elevados, provocados por derrocadas, deslizamentos de terras e quedas de árvores que afetaram diversas estradas e vias municipais, vários trajetos da Ecovia, e comprometeram gravemente a circulação e a segurança em diferentes pontos do território. Taludes e muros de suporte à plataforma de diversas estradas ficaram seriamente danificados.

Uma das situações mais críticas registou-se no acesso à aldeia de Sistelo, onde uma derrocada de grandes dimensões cortou a ligação direta à sede do concelho, deixando metade da freguesia isolada, com saída apenas pela estrada que liga Arcos de Valdevez a Monção. Na freguesia de Cabreiro, quatro pessoas tiveram de ser evacuadas de uma habitação ameaçada pela iminente derrocada de penedos de grandes dimensões que, com a chuva, deslizaram perigosamente. A zona da Valeta sofreu inundações, e o comércio do centro histórico registou prejuízos económicos estimados em cerca de

Ag-2

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

300 mil euros. As intempéries que se seguiram — as depressões Leonardo e Marta — agravaram a situação, impedindo a recuperação e acumulando novos danos sobre os anteriores.

No total, os prejuízos no concelho foram estimados em 2,2 milhões de euros, um montante que, como o próprio relatório enviado ao Governo reconhece, ultrapassa claramente a capacidade de resposta ordinária do orçamento municipal. Felizmente, não houve registo de vítimas mortais no nosso concelho, o que não diminui a gravidade dos danos nem o sofrimento das populações afetadas.

Importa, por isso, reconhecer e louvar publicamente o trabalho exemplar desenvolvido pela Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e pelas Juntas de Freguesia na resposta a esta emergência. Desde a primeira hora, os serviços municipais mobilizaram meios humanos e mecânicos de forma urgente e continuada, realizando intervenções de emergência no valor de 80 mil euros que incluíram a limpeza de derrocadas, a remoção de árvores, a desobstrução de vias e a reposição mínima de acessos, garantindo condições de segurança e acessibilidade às populações. O Presidente da Câmara, Olegário Gonçalves, elaborou e entregou atempadamente um dossier detalhado com o levantamento dos danos e a solicitação de apoio financeiro ao Governo, documento que foi apresentado ao próprio Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, aquando da sua visita ao concelho para constatar in loco a dimensão dos estragos.

Ao mesmo tempo que enfrentava os seus próprios danos, a comunidade arcuense deu provas notáveis de solidariedade para com as regiões mais atingidas do país. Empresas locais uniram esforços na entrega de paletes de lonas para proteção de habitações, numa resposta imediata às necessidades identificadas nas zonas em estado de calamidade. Freguesias do concelho, como a de Cendufe, promoveram campanhas de recolha de bens alimentares e essenciais para apoiar as populações mais afetadas, nomeadamente na região de Leiria. Instituições públicas e cidadãos, a título individual, contribuíram de múltiplas formas para este esforço coletivo de entreaajuda. Este gesto honra Arcos de Valdevez e inscreve-se na melhor tradição de solidariedade do Alto Minho, que também se manifestou noutros concelhos da região.

A9-3

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

Nestes termos, o Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez propõe que esta Assembleia aprove um voto de profunda solidariedade para com todas as vítimas do comboio de tempestades que assolou Portugal, em especial para com as famílias que perderam entes queridos, os feridos, os desalojados e todos aqueles que viram as suas vidas gravemente afetadas.

Propõe, igualmente, que esta Assembleia reconheça e enalteça a o trabalho de resposta atempada Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, bem como a solidariedade demonstrada pelas instituições públicas, pelas empresas, pelas Juntas de Freguesia e pelos cidadãos e cidadãs do concelho, que souberam responder com generosidade e prontidão à tragédia que atingiu o país.

Arcos de Valdevez mostrou, uma vez mais, que nas horas mais difíceis, a força de uma comunidade mede-se pela sua capacidade de se unir, de se solidarizar e de reconstruir.

Muito obrigada.

Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, 27-02-2026

O grupo Municipal do PSD



FOCO

Temos POTENCIAL para MAIS e MELHOR > PLANEAR/PROGRAMAR

É momento político, pela nova liderança autárquica da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e a actual composição da Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez para refundar aquilo que deverá ser a intervenção pública sobre o território e a sociedade por via do planeamento, programação, política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, matéria determinada na **Lei de Bases da Política Pública de Solos de Ordenamento do Território e de Urbanismo** (LBPPSOTU - Lei 31-2014 de 30 de maio de 2014, publicada Diário da República, 1.ª série - N.º 104 - 30 de maio de 2014 e suas sucessivas alterações).

Assim do seu Artigo 2.º como «*fins da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo*», destacamos, de entre outros, os seguintes:

- ✓ *Valorizar as potencialidades do solo, salvaguardando a sua qualidade e a realização das suas funções ambientais, económicas, sociais e culturais, enquanto suporte físico e de enquadramento cultural para as pessoas e suas atividades, ...;*
- ✓ *Garantir o desenvolvimento sustentável, a competitividade económica territorial, a criação de emprego e a organização eficiente do mercado fundiário, ...;*
- ✓ *Reforçar a coesão nacional, organizando o território de modo a conter a expansão urbana e a edificação dispersa, [...], assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas, ...;*
- ✓ *Assegurar o aproveitamento racional e eficiente do solo, enquanto recurso natural escasso ...;*
- ✓ *Regenerar o território, promovendo a requalificação de áreas degradadas e a reconversão de áreas urbanas de génese ilegal;*
- ✓ *Promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada aos edifícios, equipamentos e espaços verdes ou outros espaços de utilização coletiva.*

Estas são finalidades do planeamento, ordenamento do território e urbanismo, que destacamos da lei de bases, sem prejuízo das outras preceituadas, nas suas diversas áreas de intervenção, baseadas nas quais o sector público deverá dar fundamento à sua política de intervenção, por via dos respetivos programas e planos de gestão territorial.

Falar de planos de gestão territorial, entenda-se como instrumentos, é falar dos PMOT (Planos Municipais de Ordenamento do Território) preconizados no **Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial** [RJIGT - Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei 80/2015 de 14 de Maio].



A10-2

Estes preconizam a materialização da estratégia de desenvolvimento municipal (para a qual já alertamos na anterior AM de que temos a expectativa de que o MAV, mande elaborar um Plano Estratégico de Desenvolvimento), para que a ocupação, o uso e a transformação do território seja feita de forma plenamente aceite e eficaz, baseada em modelos de organização territorial e urbana, normalizados e legalmente enquadrados, assim como **socialmente responsivos**, pois só assim se poderão constituir como instrumentos para a promoção do desenvolvimento, que seja efectivamente diferente de 'crescimento' e muito importante ambientalmente responsável.

Exige-se introduzir **competitividade** ao território e com isso **dinâmica favorável** à nossa sociedade. À que vive, à que nos demanda!

Sabemos que o PDM (Plano Director Municipal) está em revisão e por consequência o PUSCAV (Plano de Urbanização) cujo prazo 'ultrapassadíssimo' (2003 data da sua publicação), o que revela que efectivamente não estamos preparados para os desafios que 'não são de hoje nem de amanhã, pois são de ontem'...

Trazemos, a esta AM exemplo de três situações em que se demonstra que não está o MAV devidamente preparado para acolher, alicerçar e alavancar de forma coerente e equilibrada, funcionalmente adequada e integrada e esteticamente valorizadora do meio em que se inserem, três projectos de natureza e dimensão diferentes para os quais o resultado fica, garantidamente aquém do que seria plausível com um melhor planeamento urbano.

Não fomos aquilo que o sector privado espera! O promotor/requerente, que poderia ter uma intervenção/acção territorializadora mais consistente, mais robusta, mas competitiva, e o sector público, seja o município ou portanto a nossa sociedade obter um resultado 'premium' decorrente dessas mesmas intervenções/acções.

Ultrapassado o quarto de século seria expectável todos conseguirmos, a EXCELÊNCIA!

Indicamos, por isso, exemplos, de entre muitas, operações urbanísticas cujo processo/resultado é insuficiente:

■ **Empreendimento do Toural [Salvador] | Sector Terciário _ Perfil Investimento**

[O sítio garantidamente mereceria outro tipo de intervenção, essencialmente pela contiguidade ao Rio]

■ **Empreendimento do Alto da Pedreira [Guilhadeses] | Sector Habitacional _ Perfil Investimento**

[A solução formal, organizacional e funcional mais integrada teria um relação urbana mais coerente]

■ **Moradias em Parada e Prozelo | Sector Habitacional _ Perfil Habitação Própria Permanente**

[As implantações dos edifícios 'despenteadas' e pouco dialogantes com a via pública, não geram urbanidade de século XXI e comprometem o processo de expansão urbana bem estruturada e harmoniosa]

**RECOMENDAÇÃO**

Aprovar para o 'anel' periférico urbano a feitura de Planos de Pormenor (UE | UOPG)

Enquadrada numa estratégia de expansão urbana capaz de atender aos desafios que hoje realçamos, 'chancela' como imperativo que o MAV se torne dotado de PMOT's que dêem a resposta necessária à definição do crescimento urbano, de acordo com os objectivos já realçados do Planeamento e portanto a definição de resultados efectivos rumo à EXCELÊNCIA, e assim portanto termos à disposição do sector privado as melhores definições capazes de enquadrar e alicerçar convenientemente as legítimas intenções, como agentes facilitadores e dinamizadores de iniciativa, com visão no futuro e foco na competitividade territorial.

Planeamento que permita também que efectivamente tenha o executivo camarário os instrumentos que auxiliem a definir melhor, mais assertivamente, pois decorrerão as tomadas de decisão sobre programas e projectos de natureza pública ou privada [sujeitos a controlo prévio], suportados em pareceres técnicos bem fundamentados na adequabilidade aos instrumentos de gestão territorial que venham a estar em vigor, entenda-se Planos.

Da LBPPSOTU definem-se os objetivos da gestão territorial que a atuação do estado deverá preconizar com a sua intervenção por via, naturalmente dos Instrumentos de Gestão Territorial (Programas e Planos) para os quais tem competência. Do CAPÍTULO I - *Gestão territorial* no Artigo 37.º - *Objetivos da gestão territorial* é determinado que «a gestão territorial visa executar a política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo ...»

Sugerimos assim que se configurem como objectivos para este executivo, a concretização da política nacional de ordenamento do território no concelho que abranja vários níveis de planeamento englobando instrumentos e outros estudos que permitam definir com clareza o desenvolvimento territorial pretendido e assim assumir que o planeamento é uma prioridade.

Para o efeito, promover a elaboração de diferentes planos, programas e projetos, envolvendo diferentes âmbitos da administração e objetivando diferentes sectores e escalas, de onde realçamos a figura dos **PLANOS DE PORMENOR**, como o garante de muito do que aqui foi defendido, pois são instrumentos de excelência que os municípios têm ao seu dispor, e que importa portanto que tome o executivo a decisão de mandar elaborar os referidos Planos para toda a zona periférica da vila de Arcos de Valdevez.

Deixamos à vossa melhor consideração.

Arcos de Valdevez, 27 de Fevereiro de 2026



Grupo Municipal
Arcos de Valdevez

ASSEMBLEIA MUNICIPAL | 2025-2029



Os deputados municipais do Partido CHEGA

A stylized blue ink signature of Albano Araújo, written over a horizontal line.

Albano Araújo

A blue ink signature of Anabela Azeiteiro Araújo, written over a horizontal line.

Anabela Araújo

A blue ink signature of André Rodrigues, written over a horizontal line.

André Rodrigues

A blue ink signature of Liliana Ribeiro, written over a horizontal line.

Liliana Ribeiro

A blue ink signature of Sofia Brito, written over a horizontal line.

Sofia Brito



**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia
27 de fevereiro de 2026**

PAOD – Transparência e Previsibilidade

Gostaríamos de iniciar esta nossa intervenção com uma palavra de forte solidariedade com todas as populações que viram as suas vidas e bens seriamente afetados pela calamidade climática que assolou o nosso País desde 28 de janeiro passado. Os rios de chuva que durante cerca de duas semanas se abateram sobre Portugal, deixaram mortos e feridos, destruição em habitações e negócios, cortes na energia e telecomunicações, nas estradas em todo o território continental. Os rios saíram das suas margens e castigaram ainda mais a já martirizada população de uma forma ~~em~~ que, em muitas das regiões afetadas, não havia memória.

Também o nosso Concelho se viu afetado, embora sem vítimas e lamentar, nem prejuízos económicos comparáveis com outras regiões, pela ciclogénese que se abateu sobre nós, com fortes nevões nas terras altas, derrocadas e quedas de árvores e o nosso rio extravasou as suas margens, voltou a inundar áreas como já não estávamos habituados a ver, numa multiplicidade de incidentes que nos trouxeram apreensivos durante vários dias.

Os factos são por demais conhecidos, o horror apoderou-se de muitos, o desespero ainda hoje campeia em muitas das áreas afetadas.

Mas houve resposta à calamidade.

De uma forma aqui e ali não isenta de críticas ou mesmo de falhas, os serviços de Proteção Civil, Bombeiros incluídos, as Forças Armadas, os serviços de Proteção e Segurança, os Voluntários, a Solidariedade Cidadã estiveram à altura do momento e da necessidade de reunir recursos para apoiar quem deles necessitavam. Cabe aqui um destaque a um grupo de dirigentes, de agentes políticos, que quem acompanhou as notícias desse momento, parece que algumas elites ainda não conheciam ou a quem ainda não tinham dado o devido valor e relevo: os Autarcas.

Não nos cabe aqui distinguir os que se destacaram ou os que se mantiveram mais na sombra, os bons dos maus, os que se mostraram mais dos que estiveram ou se mantiveram aparentemente distraídos. Seria injusto, numa hora em que a Sociedade lhes parece reconhecer um papel fundamental, não o sublinhar: o de assistência de proximidade. Sim, os nossos Autarcas, seja qual for o nível considerado, representam os seus eleitores, mesmo os que não contribuíram para a sua eleição, são o seu povo, a sua gente e é sua obrigação cuidarem e assistirem a quem a eles recorre nos momentos em que a sua vida corre perigo, ou as suas necessidades imediatas estão em risco. A coragem, a audácia na tomada de decisões, a ausência de respeitinho e veneração pelos poderes do Estado Centralizado deu a Autarcas de todos os quadrantes a força possível para uma resposta capaz às dificuldades que tinham de ultrapassar.





Grupo Municipal do Partido Socialista
Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez
2025 - 2029

Minhas Senhoras, meus senhores,

Não temos memória de uma resposta tão assertiva por parte do nosso Poder Local Democrático, habituamo-nos a olhar para os nossos Autarcas, com maior ou menor razão, como correias de transmissão dos interesses partidários em cada Concelho ou Freguesia. Desconfiamos das suas decisões porque interessariam mais a uns que outros, a colocarem o interesse partidário à frente dos interesses dos eleitores.

Talvez tenha sido necessária uma calamidade para calibrar o nosso olhar e nos apontar práticas de futuro.

Práticas de Transparência na intervenção no Espaço Público, transparência que permita o escrutínio daqueles que servem, porque de servir se trata.

Previsibilidade para antecipar as calamidades ou os infortúnios da natureza: onde estão os nossos idosos e inválidos, os mais frágeis e desprotegidos, que planos de recurso dispomos, estarão à altura dos desafios ou precisam de ser revistos e modernizados, com quem contamos em caso de necessidade. Ouvir e prever, são as palavras que não mais poderemos esquecer.

Nós e todos, Obrigado

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026,
Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista



GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

A12



Exmo Sr Presidente da Assembleia,

Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal, Exmos Srs Vereadores,

Exmos Srs e Sras Deputado(a)s

Como é de conhecimento geral está em curso no território de Arcos de Valdevez a implantação de vários postes de muita alta tensão que fazem parte da Linha Ponte Lima - FonteFria em Espanha.

Os trabalhos estão a decorrer neste momento em território da União de Freguesias de Álvora e Loureda e Freguesia de Sistelo mais propriamente na Serra da Anta com estaleiro implantado na envolvente do Parque Industrial de Álvora.

O que me trás aqui hoje é a preocupação das entidades locais e da população local com a degradação das vias de circulação locais como a EM505 a CM1283 e a Estrada de São Brás resultante do fluxo de camiões pesados que por elas passam diariamente.

Considerando que não houve qualquer contacto por parte da REN com o executivo da Junta de Freguesia de Álvora e Loureda sobre este tema, permita-me o Sr Presidente da Assembleia que questione o Sr Presidente da Câmara qual o posicionamento do Município sobre este assunto e como prevê intervir perante a empresa REN ou PROEF empresa responsável pela execução dos trabalhos, de forma a mitigar e reparar os danos existentes.

Muito obrigado.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026

VOTO DE LOUVOR
AO FUNCIONÁRIO FILMINO BARROS LEAL

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.

O Grupo Municipal do PSD vem, por este meio, apresentar um Voto de Louvor ao Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Arcos de Valdevez e, em particular, ao funcionário Filmino Barros Leal, pelo trabalho exemplar que tem desenvolvido ao serviço da comunidade arcuense.

O Serviço Municipal de Proteção Civil desempenha uma missão fundamental na salvaguarda de pessoas e bens no nosso concelho, atuando de forma decisiva em situações de emergência, catástrofes naturais e nos mais variados cenários de risco que o território de Arcos de Valdevez, pela sua geografia e extensão, tantas vezes enfrenta. Neste contexto, merece especial destaque a figura de Filmino Barros Leal, funcionário que se tem distinguido pela sua disponibilidade permanente, pela prontidão na resolução dos problemas e pela dedicação absoluta ao cargo que ocupa.

Filmino Barros Leal é um profissional que se encontra sempre contactável, a qualquer hora do dia ou da noite, demonstrando uma entrega ao serviço público que vai muito além do cumprimento estrito das suas obrigações. Está sempre presente nos momentos mais difíceis, sendo frequentemente o primeiro a chegar e o último a sair quando a adversidade se abate sobre o nosso concelho. É um funcionário que genuinamente gosta do que faz, e essa paixão reflete-se na forma empenhada, célere e eficaz com que responde a cada solicitação, transmitindo confiança e segurança a todos aqueles que dele necessitam.

Pelo exposto, o Grupo Municipal do PSD expressa publicamente, através deste Voto de Louvor, o seu mais sincero reconhecimento e apreço pelo trabalho meritório de Filmino Barros Leal e de todo o Serviço Municipal de Proteção Civil de Arcos de Valdevez, desejando-lhes as maiores felicidades pessoais e profissionais na continuidade desta nobre missão ao serviço da nossa comunidade.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026

Grupo Parlamentar do PSD



Leonor
VOTO DE CONGRATULAÇÃO

AO FUNCIONÁRIO FILMINO BARROS LEAL

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.

O Grupo Municipal do PSD vem, por este meio, apresentar um Voto de Congratulação ao Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Arcos de Valdevez e, em particular, ao funcionário Filmino Barros Leal, pelo trabalho exemplar que tem desenvolvido ao serviço da comunidade arcuense.

O Serviço Municipal de Proteção Civil desempenha uma missão fundamental na salvaguarda de pessoas e bens no nosso concelho, atuando de forma decisiva em situações de emergência, catástrofes naturais e nos mais variados cenários de risco que o território de Arcos de Valdevez, pela sua geografia e extensão, tantas vezes enfrenta. Neste contexto, merece especial destaque a figura de Filmino Barros Leal, funcionário que se tem distinguido pela sua disponibilidade permanente, pela prontidão na resolução dos problemas e pela dedicação absoluta ao cargo que ocupa.

Filmino Barros Leal é um profissional que se encontra sempre contactável, a qualquer hora do dia ou da noite, demonstrando uma entrega ao serviço público que vai muito além do cumprimento estrito das suas obrigações. Está sempre presente nos momentos mais difíceis, sendo frequentemente o primeiro a chegar e o último a sair quando a adversidade se abate sobre o nosso concelho. É um funcionário que genuinamente gosta do que faz, e essa paixão reflete-se na forma empenhada, célere e eficaz com que responde a cada solicitação, transmitindo confiança e segurança a todos aqueles que dele necessitam.

A13-2



**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ**

Pelo exposto, o Grupo Municipal do PSD expressa publicamente, através deste Voto de Congratulação, o seu mais sincero reconhecimento e apreço pelo trabalho meritório de Filmino Barros Leal e de todo o Serviço Municipal de Proteção Civil de Arcos de Valdevez, desejando-lhes as maiores felicidades pessoais e profissionais na continuidade desta nobre missão ao serviço da nossa comunidade.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026

Voto de Louvor

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais

O Sargento-Ajudante de Pessoal e Secretariado Vítor Dantas Barreiro, a prestar serviço na Unidade de Apoio do Quartel-General da Zona Militar da Madeira, filho da nossa Terra, natural de Rio Frio, Freguesia onde ainda continua a deslocar-se sempre que pode, foi distinguido na 1.ª Gala Desportiva Militar organizada pelo Exército, pelo Elevado Mérito demonstrado pelas prestações de excelência alcançadas nos últimos anos, na modalidade desportiva de Orientação, nas várias competições desportivas militares e civis, a saber:

1. Competições Miliars:

1.1.2.º Lugar – Campeonato Desportivo Militar de Orientação Fase Exército e Fase Forças Armadas 2025

1.2.1.º Lugar – Campeonato Desportivo Militar de Orientação Fase Exército e Fase Forças Armadas 2024 e ainda Participação no Campeonato do Mundo Militar de Orientação 2024;

1.3.1.º Lugar – Campeonato Desportivo Militar de Orientação Fase Exército e Forças Armadas 2023.

2. Competições não militares:

2.1. Campeão Regional da Madeira em 2025, em Orientação Pedestre nas vertentes de Floresta e Sprint;

2.2.3.º lugar no Campeonato Nacional de Orientação Pedestre 2025 (Escalaão Elite);

2.3. Campeão Regional da Madeira 2024 em Orientação Pedestre nas vertentes de Floresta e Sprint;

2.4.9.º lugar no Campeonato Nacional de Orientação Pedestre 2024 (Escalaão Elite).

414-2

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

Como consideramos que o sucesso de todos Arcuenses deve ser publicamente alvo de reconhecimento, e que os préstimos do Sargento-Ajudante são de Elevado Mérito, propomos à Assembleia Municipal:

- a. Aprovar o presente voto de Louvor;
- b. Dar conhecimento do mesmo ao SAJ PesSec Vítor Dantas Barreiro, através da Unidade onde serve Portugal no Exército, Unidade de Apoio do Quartel-General da Zona Militar da Madeira;
- c. Dar conhecimento deste voto ao Comando da Zona Militar da Madeira, sito no Palácio de São Lourenço – Funchal.

Muito Obrigado.

Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, 27-02-2026

O grupo Municipal do PSD

415-1

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,

Senhores Deputados Municipais,

É com sentido de responsabilidade que uso hoje da palavra, **em representação do movimento desportivo de Arcos de Valdevez, para destacar conquistas, valorizar o trabalho realizado e defender o futuro.** Destacar o mérito dos nossos atletas e coletividades, valorizar o impacto que têm na projeção do concelho e defender as condições necessárias para que esta trajetória de excelência continue a crescer e a orgulhar todos os arcuenses.

Nos últimos meses, **Arcos de Valdevez voltou a ser projetado internacionalmente através do talento dos seus atletas.** No golfe, o arcuense Daniel da Costa Rodrigues alcançou no Open do Bahrein o 31.º lugar, o melhor resultado da sua carreira, arrecadando mais de 19 mil euros em prémios e subindo ao 69.º lugar da Race to Dubai. No Masters do Catar, apesar de uma quebra na última jornada, concluiu o torneio no 65.º lugar, continuando a afirmar-se entre a elite mundial. Estes resultados demonstram que um jovem do nosso concelho compete, com mérito, ao mais alto nível internacional.

Também **na Gala dos Troféus Desportivos “O Minhoto”, o antigo internacional português Adrien Silva**, que iniciou o seu percurso na ARC Paçô, foi distinguido com o prémio Consagração. Com uma carreira que passou pelo Sporting, Mónaco, Sampdoria, Leicester e pela conquista do Euro 2016, Adrien encerrou o seu trajeto profissional com 475 jogos e 60 golos, sendo um exemplo de dedicação e excelência que tem raízes no nosso concelho.

No atletismo, a **Academia Desportiva de Arcos de Valdevez continua a demonstrar a força do trabalho de formação.** A atleta **Célia Dantas sagrou-se Vice-Campeã Nacional** de lançamento do dardo, com a marca de 36,03 metros, logo na sua primeira prova da época. **A equipa feminina alcançou um meritório 4.º lugar** na III Divisão dos Campeonatos Nacionais de Clubes de Pista Curta. **Leonel Rosado tornou-se Vice-Campeão Nacional M35** em Pentatlo, com recorde pessoal, e João Gomes, no escalão Sub-23, um excelente 6.º lugar nas provas combinadas. Estes resultados mostram que o **atletismo arcuense está vivo**, competitivo e em crescimento.

Também a ADAV – Dance Fuel voltou a elevar o nome do concelho na Dance World Cup 2026, uma das maiores competições mundiais de dança. Entre **34 coreografias** apresentadas por **31 bailarinos**, conquistaram **2 primeiros lugares, 6 segundos lugares, 4 terceiros lugares** e um total de **17 coreografias apuradas para a final mundial em Dublin.** Este feito extraordinário demonstra que a excelência artística e desportiva também se faz em Arcos de Valdevez.

No Rugby, importa acrescentar que a equipa feminina do Clube de Rugby de Arcos de Valdevez / Sport sagrou-se Campeã Nacional Sub-18, depois de vencer todos os jogos desde a fase regular até ao torneio final. Uma campanha imaculada, marcada pela consistência, talento e espírito de equipa, que muito honra o nosso concelho.

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ



E não ficamos por aqui as Seniores Femininas estão na Meia-Final da Taça de Portugal, confirmando a vitalidade e a qualidade do rugby feminino arcuense.

E permitam-me destacar ainda um motivo adicional de orgulho para o nosso concelho **Bruna Ramos**, filha de mãe arcuense, foi convocada para a Seleção Nacional Feminina Sub-23 de Futebol, para os jogos de preparação que decorrerão entre 24 de fevereiro e 5 de março. Esta chamada à seleção nacional é mais uma prova de que o talento ligado a Arcos de Valdevez continua a afirmar-se ao mais alto nível.

Todos estes resultados, em modalidades tão distintas, **revelam que temos talento, temos trabalho e temos potencial para ir ainda mais longe.** Mas revelam também que o desporto arcuense precisa de mais condições, mais investimento e mais visão estratégica para que estes sucessos não dependam apenas do esforço individual de atletas, treinadores e famílias.

Muito obrigado.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026

A16-1

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

DESEMPENHO ECONÓMICO E INVESTIMENTO

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,

Senhores Deputados Municipais

O Grupo Municipal do PSD vem, mais uma vez, enaltecer nesta Assembleia o dinamismo económico, social e turístico de Arcos de Valdevez, congratulando-se com o trabalho desenvolvido pelo Município e pelas muitas entidades que contribuem para a promoção e desenvolvimento do nosso concelho.

No plano estratégico, destacamos com satisfação a realização do **I Congresso de Turismo de Arcos de Valdevez**, que decorreu entre 30 de janeiro e 1 de fevereiro no Luna Arcos Hotel Nature & Wellness e na Casa das Artes, um momento de reflexão e planeamento fundamental para posicionar o concelho como destino de referência no panorama turístico nacional e internacional.

De igual relevo, o **ARCOS Empresarial Fórum**, promovido a 5 de fevereiro pelo Município em parceria com a In.Cubo – Incubadora de Iniciativas Empresariais Inovadoras, que reuniu 123 participantes em representação de 84 entidades, entre empresas das zonas industriais, empresas instaladas na In.Cubo e diversos parceiros institucionais. Este fórum constitui um espaço de reflexão, partilha de experiências e debate sobre o tecido empresarial local, essencial para o fortalecimento da economia do concelho.

No setor industrial e empresarial, assinalamos o avanço do processo de alienação de lotes no **Parque Empresarial de Álvora**, já na sua 6.ª fase de procedimento, demonstrando a procura contínua por parte de investidores e a consolidação da estratégia de expansão industrial do concelho. De destacar também a aprovação de pagamentos de incentivos financeiros no âmbito do programa **InvestArcos – Apoio à Competitividade das Microempresas 2025**, que continua a apoiar o investimento e a modernização do tecido empresarial local, reforçando a competitividade das nossas empresas.

A16-2

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

Congratulamo-nos igualmente com a abertura de candidaturas ao **Programa de Apoio aos Produtores Locais, Comércio e Turismo 2026**, através do catálogo “Terras do Vez – Sabores e Tradições”, com uma dotação orçamental de 15 mil euros, numa aposta clara na valorização dos produtos endógenos e na promoção dos produtores e comerciantes arcuenses.

Ao nível das infraestruturas, de assinalar a aprovação da **expansão da rede de saneamento a sudoeste do concelho**, em três lotes que abrangem as zonas de Padrão, Guilhadeses, Cadornas, Prozelo e ~~Gondruz Gondariz Gondilhe~~ ^{Gondruz Gondariz Gondilhe}, num investimento superior a 1,1 milhões de euros, bem como as obras de **alargamento e pavimentação de vias municipais** em Sistelo, Loureda, Álvora, Portela e Extremo, no valor de cerca de 314 mil euros. Destacamos ainda a **reabilitação das margens do Rio Vez**, com um investimento de mais de 468 mil euros em pavimentos e passadiços, e o programa de **Acessibilidades 360°**, cuja conta final ascende a cerca de 1,265 milhões de euros, melhorando significativamente as acessibilidades no espaço público.

Na vertente ambiental e de sustentabilidade, saudamos a aprovação do **Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais e Projeto de Carbono Florestal para Sistelo**, no valor de 72 mil euros, uma medida inovadora que valoriza os serviços ecossistémicos e posiciona Arcos de Valdevez na vanguarda das políticas ambientais a nível municipal.

Todo este dinamismo é indispensável à promoção e divulgação do concelho e das suas potencialidades, à criação de emprego e rendimento, ao aumento da fixação e atração de pessoas e investimento, e à melhoria da qualidade de vida dos arcuenses. O Grupo Municipal do PSD congratula-se com o trabalho desenvolvido e renova o seu compromisso de continuar a acompanhar e apoiar todas as iniciativas que contribuam para o progresso de Arcos de Valdevez.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026

Voto de Louvor à Professora Maria Augusta Gabriel dos Reis Lima

No final do mês de janeiro, aposentou-se a professora Augusta Gabriel, coordenadora da Escola Professor Manuel da Costa Brandão – Sabadim. A professora Augusta começou a sua carreira em 1981, iniciando o seu percurso como docente de Educação Física no concelho de Monção, passando de imediato para o primeiro ciclo, onde leccionou nos concelhos de Ponte da Barca e Arcos de Valdevez. Aqui no nosso concelho desempenhou funções de docente em várias escolas, foi coordenadora da biblioteca e coordenadora da Escola de Sabadim desde 2014. A professora Augusta não se limitou a ser coordenadora, foi muito para além disso, ela colocou a escola num patamar em que ninguém acreditava, sendo hoje uma escola de referência. Lutou para que esta tivesse um jardim de infância, cativou alunos para a frequentar, evitando o seu fecho que muitos davam como certo.

Desenvolveu projetos inovadores, muitos deles reconhecidos e divulgados pelo Ministério da Educação e por outras entidades de renome. Incutiu uma dinâmica de trabalho motivadora para o desenvolvimento de actividades, que deram à escola renome a nível local, regional e nacional.

Para além disso, preocupou-se juntamente com a Direção, em equipar a escola com materiais/equipamentos adequados e inovadores, tendo para isso, efectuado diversas candidaturas quer ao orçamento participativo, quer a outros projetos. Dinamizou campanhas solidárias para ajudar alunos que necessitavam de atenção especial e famílias desfavorecidas e protegeu sempre afincadamente alunos de situações familiares anómalas.

Os alunos foram sempre a sua preocupação.

Por tudo isto, propõe-se que esta Assembleia Municipal delibere:

1. Aprovar o presente “Voto de Louvor” pelo trabalho desenvolvido em prol da educação no nosso concelho;
2. Dar a conhecer à Professora Augusta o teor deste voto de Louvor.

Grupo Municipal do PSD, Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026

A18-1

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

Voto de Louvor ao Senhor Joaquim Cerqueira de Brito

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,

Senhores Deputados Municipais,

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez apresenta um Voto de louvor ao Senhor **Joaquim Cerqueira de Brito**, natural da freguesia de São Jorge, pelo seu percurso de vida exemplar, marcado por uma dedicação ininterrupta ao associativismo, ao serviço público e à valorização da identidade arcuense.

Nascido em 8 de agosto de 1952, partiu para Lisboa em 1965, onde iniciou a sua atividade profissional no setor da hotelaria, área em que desenvolveu uma carreira pautada pelo profissionalismo e pela responsabilidade.

A sua ligação ao movimento associativo arcuense é particularmente relevante. Tornou-se sócio da Casa do Concelho de Arcos de Valdevez (CCAVV) em 1969 e, desde 1973 até fevereiro de 2026, integrou de forma contínua os seus órgãos sociais, desempenhando todas as funções diretivas. Assumiu a Presidência da Direção durante quase quatro décadas, entre 1987 e 2026, sendo distinguido em 2007 com o título de **Presidente Honorário**, reconhecimento do trabalho desenvolvido em prol da comunidade arcuense residente na Área Metropolitana de Lisboa.

Sob a sua liderança, a Casa do Concelho de Arcos de Valdevez consolidou-se como uma instituição de referência, dinamizando iniciativas culturais, recreativas e solidárias que reforçaram a ligação às tradições minhotas e projetaram o nome de Arcos de Valdevez na capital. A sua intervenção foi igualmente determinante na criação da **Associação das Casas Regionais de Lisboa (ACRL)**, onde exerceu funções de Presidente da Direção e Presidente da Assembleia Geral.

No plano cívico e autárquico, apresentou-se a todas as eleições locais desde 1976, desempenhando funções na Freguesia da Sé e, posteriormente, na Freguesia de Marvila, onde integrou o Executivo desde 2015. Em 1 de fevereiro de 2026, assumiu as funções de **Presidente da Junta de Freguesia de Marvila**, culminando um longo percurso de dedicação à causa pública.

O Senhor Joaquim Cerqueira de Brito é, há mais de meio século, uma das figuras mais marcantes do associativismo arcuense fora do concelho, contribuindo de forma decisiva para a preservação das tradições, para o reforço da identidade cultural e para a promoção do nome de Arcos de Valdevez.

Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez delibere a **aprovação de um Voto de Louvor** ao Senhor Joaquim Cerqueira de Brito, reconhecendo publicamente o mérito do seu percurso, o elevado espírito de serviço demonstrado ao longo da sua vida e o contributo inestimável que tem prestado à comunidade arcuense.

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

A18-2



Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia
27 de fevereiro de 2026

Lista de inscritos do Grupo Municipal do Partido Socialista

Ponto 1 – Relatório de atividades

- ✓ 1 – Ângela Rodrigues;
- ✓ 2 – José Pereira;
- ✓ 3 – Rogério Correia;
- ✓ 4 – Elsa Esteves;

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026,
Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista





**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia
27 de fevereiro de 2026**

Ponto 1 – Relatório de atividades

Sr. Presidente,

na última sessão desta Assembleia, acusou o Grupo Municipal do PS de se contradizer, por estar, ^{por} ~~um lado~~ contra a proposta de revisão da lei laboral apresentada pelo atual governo, pelo facto de a mesma, entre outros aspetos negativos, promover a precariedade laboral, e, por outro lado, assumir ^{uma} posição contra o Mapa de Pessoal proposto pelo seu executivo. Argumentou o Sr. Presidente, nesse dia, que este Mapa de Pessoal se destina, essencialmente, a permitir a regularização dos trabalhadores municipais em situação precária (“a maior parte deles já lá estão” foi a expressão por si utilizada), ou seja, a proposta de Mapa de Pessoal que foi apresentada a esta Assembleia é, na realidade, uma espécie de PREVPAP *à moda dos Arcos*.

Poderemos, então, assumir que a generalidade dos procedimentos concursais, apreciados em várias reuniões de executivo, serão um mero “faz de conta”, Sr. Presidente?

E por falar em contradições... No relatório de atividades apresentado pela Câmara para a presente reunião, surge a aprovação de uma adjudicação, para todo o ano de 2026, agora à recém-criada “Associação Desportiva Momentos Divertidos” (curiosamente constituída em 05-11-2025, mesmo a tempo de ser convidada para este procedimento...), para a prestação de serviços técnicos de Exercício Físico em atividades na Piscina e Pavilhão Municipais e nos Infantários. Para este trabalho estão previstas 3800 horas/ano, ou seja, um nº de horas que justifica alguns contratos a “tempo completo”.

Sr. Presidente, temos um executivo com um processo de regularização de precários em curso, de integração de pessoal que “já lá está”, e que não considera prioritária a regularização destes Técnicos de Exercício Físico, mais conhecidos como “Professores das AEC”, que também já lá estão, muitos há anos. Seja coerente com as suas posições e afirmações anteriores, para justificar a integração nos quadros de mais de 100 trabalhadores “precários”, e pondere o mesmo para os precários mais antigos do município.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026,

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista



Arcos de Valdevez – 100 Dias a Projetar o Futuro

Excelentíssimos Sr. Presidente da Assembleia,
Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta,
Minhas senhoras e meus senhores,

Cem dias são um espaço temporal curto na história de um concelho com a longevidade dos Arcos, mas é o tempo suficiente para definir o tom, o ritmo e a alma de uma governação. Estes primeiros 100 dias do mandato 2025-2029, sob a liderança do Presidente Olegário Gonçalves, foram dias de projeção de futuro e de compromisso de honra assumido com cada mulher e cada homem desta terra.

Iniciou-se este mandato com a aprovação de um Orçamento Municipal de 51 milhões de euros. E são 51 milhões de euros que traduzem a ambição deste executivo, em criar um concelho mais coeso, mais moderno e, acima de tudo, mais humano.

1. A Proximidade como Valor Político

Minhas Senhoras e Meus senhores,

Este Executivo, tem uma particularidade, a proximidade! A proximidade Política que é a proximidade que precisamos. Pois para nós, a política faz-se com as pessoas e para as pessoas. Por isso, nestes primeiros meses, reafirmou-se a descentralização.

Foram adjudicados já mais de 486 mil euros em apoios diretos às nossas Freguesias. Porquê? Porque acreditamos que o Presidente de Junta é o primeiro rosto da Autarquia. Esse valor não é uma despesa, é um investimento na capilaridade do bem-estar, garantindo que quem vive no Soajo, em Sistelo ou em Cabreiro tenha a mesma atenção de quem vive no centro da Vila.

2. Infraestruturas: Plantar o Futuro

Minhas Senhoras e Meus Senhores, nestes 100 dias o executivo teve o cuidado de olhar para o que é essencial para as vidas da nossa população.

Com o objetivo de aumentar a taxa de cobertura de habitações com saneamento e melhorar a eficiência do sistema público de águas residuais, foi alargada a rede de saneamento a sudoeste de Arcos de Valdevez, abrangendo as freguesias de Souto, Távora (Santa Maria e São Vicente), Padreiro (Salvador e Santa Cristina), Cendufe e Joldas (Madalena e Rio Cabrão, num investimento que ascende os 5 milhões de Euros.

3. Habitação: O Desafio da Nossa Geração

Sabemos que o futuro dos Arcos depende da nossa capacidade de fixar jovens e atrair novas famílias, assim como apoiar as famílias mais vulneráveis do nosso conselho. Por isso, nestes 100 dias, foram dados passos concretos na resposta a Estratégia Local de Habitação Arcuense:

E como?

Começamos pela Requalificação de Edifícios (muitas delas antigas Escolas primárias)

- Iniciou-se a Obra de requalificação da Escola de Jolda, complementando a rede habitações sociais da ELH que se encontra em curso:
 - 2 Fogos Requalificação Escola de Parada
 - 2 Fogos em Requalificação Escola de Selim- Couto
 - 5 Fogos - Bolsa Nacional de Alojamento urgente e temporário - em Parada;
 - Em fevereiro de 2026, o Município procedeu à entrega das chaves de uma habitação social em S. Cosme, reforçando o parque habitacional público.

• Habitação Social

- Continua a bom ritmo as Obras de construção de 26 Fogos.
 - Souto (8F)
 - Parada (10F)
 - Giela (8F)
- **Concurso de Arrendamento Acessível:** Em dezembro de 2025, foi lançado um novo concurso no âmbito do programa Renda Acessível em Valdevez (RAV), *Já cerca de 80% das casas arrendadas pela CMAV estão subarrendadas.*
- **Apoios à Recuperação Habitacional:** No final de janeiro de 2026, a autarquia aprovou cerca de **54 mil euros** em apoios diretos para a recuperação habitacional de famílias vulneráveis, abrangendo seis agregados familiares.

Queremos que "viver nos Arcos" deixe de ser um desejo e passe a ser uma possibilidade económica real para todos.

4. Educação e Inovação

Nos últimos meses, Arcos de Valdevez tem-se destacado como um polo de educação e inovação, recebendo reconhecimento nacional como um **"exemplo de referência a nível nacional"** e um **"projeto educativo de sucesso"**, por Prof. Fernando Alexandre.

O governante elogiou o forte envolvimento da autarquia no ensino articulado, equipamentos e refeições escolares.

No início de 2026, a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez aprovou a renovação do protocolo de Delegação de competências na área da educação a celebrar com o Agrupamento de Escolas de Valdevez (AEV), na pessoa da sua diretora, Anabela Araújo. Este protocolo inclui competências de Gestão de RH, gestão de Infraestruturas e Serviços, e Gestão de apoios de Ação Social Escolar, num valor global de 240 mil Euros.

Em fevereiro de 2026, a Câmara Municipal aprovou um apoio de 26 120,00 € destinado a assegurar o acesso de todos os alunos às atividades escolares, combatendo a exclusão por motivos económicos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Nos últimos três meses, a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez consolidou investimentos históricos na Inovação e Ciência, nomeadamente na Branda científica de São Bento do Cando.

Esta Branda é um projeto conjunto de 8 edifícios, estando, neste momento, já consignada a obra em 2 dos edifícios num valor superior a 500 mil euros, a fim de criar a residência para estudantes e investigadores ambientais, assim como um auditório de apoio ao Projeto.

5. Movimento Cultural e Associativo

Culturalmente, nos últimos três meses, Arcos de Valdevez manteve uma agenda dinâmica focada na tradição.

Destaco com sucesso:

- **Os Programas "Magia de Natal", "Natal no Mundo" e "Floresta Encantada";**
(Estes programas incluem iluminação decorativa, mercados de Natal, espetáculos musicais e diversas atividades de animação de rua)
- **SONS DO VEZ** - Este é considerado o primeiro festival do ano em Portugal e celebra este ano quase um quarto de século dedicado exclusivamente à música. Está a decorrer entre 7 de fevereiro e 28 de março de 2026, todos os sábados, no Auditório da Casa das Artes.

- **Maior Carnaval do Norte do País:** O concelho celebrou o Carnaval com os tradicionais desfiles e animação de rua;
- **Arcos à Mesa** - Ciclos gastronómicos com: Pica No Chão dos Arcos, Rojões à moda dos Arcos e o Cozido à moda dos Arcos;
- Eventos Temáticos espalhados pela vasta Rede de Equipamentos Culturais e Científicos de Arcos de Valdevez, destacando: Paço de Giela, Oficinas Pe. Hymalaia, CIB, Biblioteca Municipal...
- Também destacamos o decurso das Obras do Cineteatro Alameda, que rapidamente se tornará o ex-libris cultural da Região. E, minhas Senhoras e Meus senhores, é aqui que a nossa estratégia se une de forma perfeita. Enquanto recuperamos este palco – Alameda-, as obras da nova Escola do Ensino Artístico — *um investimento superior a 2 milhões de euros financiado pelo PRR* — avançam a bom ritmo. É nessa escola que os nossos jovens terão a sua génese artística, aprendendo música, dança e teatro com as melhores condições, os melhores professores.... podendo demonstrar tal performance depois, nesse Palco que é o Alameda.

Por fim, quero falar-vos do avanço na **Dinamização Económica e Turismo Arcuense**.

Neste último trimestre (dezembro de 2025 a fevereiro de 2026), a estratégia de Arcos de Valdevez focou-se em consolidar o concelho como destino de natureza e em atrair investimento empresarial através de incentivos fiscais e infraestruturas.

- **Incentivos Fiscais "InvestArcos":** Em janeiro de 2026, a Câmara Municipal aprovou novos pacotes de benefícios fiscais (isenção de IMI e IMT) para empresas que se instalem nos parques empresariais de **Paço e Álvora**, visando a criação de postos de trabalho qualificados.
- **Expansão do Parque Empresarial:** Continuação das obras de infraestruturação e melhoria de acessos nos parques industriais para acomodar novas unidades de logística e produção.
- **Programa "Terras do Vez – Sabores e Tradições":** Nos últimos dias, foi reforçado o Programa de Apoio aos Produtores Locais, Comercio e Turismo2026, reafirmando o apoio aos produtores locais e à nossa gastronomia.
- **Eventos e Feiras:** a Camara Municipal fez o esforço para estar presente:
 - FITUR 2026

- 20.ª Feira de Turismo Navarra
- XANTAR Salão Internacional de Turismo Gastronómico
- BTL
- INTUR- Feira Internacional de Turismo de Interior - Valladolid

6. Olhar o Futuro

Minhas senhoras e meus senhores,

Estes 100 dias são apenas o alicerce. O edifício que estamos a construir é um Arcos de Valdevez que não tem medo da modernidade, mas que não esquece a sua identidade. Um concelho que cuida dos seus idosos através da rede social, mas que desafia os seus jovens através da inovação e do empreendedorismo.

O caminho faz-se caminhando. E nestes primeiros 100 passos, mostrámos que o passo é firme, que a direção é clara e que a vontade de trabalhar por Arcos de Valdevez é inesgotável.

Presidente Olegário, pode contar com todos nós. Porque Arcos de Valdevez é, e será sempre, de todos para todos.

Muito obrigado.

Grupo Municipal
PSD Arcos Valdevez





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 27 de fevereiro de 2026

Ponto 1 – Prorrogações das obras previstas para o PRR

No site do Município de Arcos de Valdevez podemos consultar as várias obras financiadas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. A lista é extensa, sendo muitas delas relativas a construção de habitação a custos acessíveis no âmbito da estratégia local de habitação.

A execução física e financeira dos projetos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em Portugal deve, regra geral, estar concluída até 31 de agosto de 2026, ou seja daqui a seis meses.

São vários os pedidos de prorrogações de prazo que foram apreciadas em reunião de executivo nos últimos meses. São vários os pedidos de modificações objetivas ao contrato celebrado devido a trabalhos a mais ou a menos, sendo que fomos surpreendidos nesta última reunião do executivo que decorreu hoje de manhã com umas modificações objetivas ao contrato do edifício para ensino artístico com trabalhos a mais no valor total de 857.838,33 euros, correspondente a 42,91 % do valor do contrato da empreitada. Sejamos claros Sr. Presidente, sabemos bem que desde o idealizar de uma empreitada em gabinete até a sua execução é normal ocorrerem trabalhos a mais e a menos. Mais de 42 % é sintomático de má preparação das peças e do mapa de quantidades que foi lançado a concurso, talvez potenciado por uma ânsia de mostrar trabalho em ano eleitoral.

2/3

A empreitada da residência universitária da escola primária de Guilhadeses encontra-se parada, faz agora meses. O empreiteiro alegava dificuldades com o tráfego da EN202 e com falta de espaço para realizar os trabalhos. O que é certo é que a seis meses do final do prazo para a conclusão das obras tanto físicas como financeiras a antiga escola primária de Guilhadeses encontra-se esventrada e sem conclusão ou solução em tempo útil.

Essas situações preocupam-nos Sr. Presidente, pois todos esses custos com trabalhos à mais, todos esses atrasos, se não devidamente cabimentados no PRR recaíram no futuro no orçamento municipal. Pedimos assim Sr. Presidente que esclareça esta Assembleia sobre o ponto de situação de todos os projetos PRR que o Município tem neste momento a decorrer e sobre a real capacidade de estarem fechados tanto físico como financeiramente a 31 de agosto de 2026, salvo nova prorrogação que à data de hoje não parece de todo provável.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026,

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

Yuri Reis





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 27 de fevereiro de 2026

Ponto 1 – Protocolo com a Autoridade tributária

Em reunião de Câmara do passado dia 12 do corrente, os Vereadores foram confrontados a intenção do Município de subscrever um protocolo com a Autoridade Tributária, através da Direção de Finanças de Viana do Castelo e dos Serviços Locais de Finanças, atribuindo ao Município competências no âmbito da liquidação e arrecadação dos tributos cujo produto constitua receita própria da Autarquia, como o Imposto Municipal sobre Imóveis =IMI=, do Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa =IMT= e do Imposto Único de Circulação =IUC=. Como vimos, a minuta foi aprovada nessa reunião.

Convém acrescentar que já dias antes, alguma imprensa de âmbito regional tinha noticiado uma visita do Senhor Presidenta da Câmara, junto com outras personalidades, às instalações da Repartição de Finanças, especulando-se que o motivo da visita seria o de perceber as limitações que esse Serviço enfrenta e formas de aproveitamento do espaço agora verificado como subaproveitado.

O Partido Socialista tem incorporado na sua genética o espírito do Municipalismo e da Descentralização. O Portugal Democrático em que acreditamos pugna pela transparência e pela participação dos Cidadãos nos atos Públicos, num estreitamento dos laços de proximidade com a população e dentre estes, os mais fragilizados quer pela idade, pela iliteracia e pela distância aos centros de Poder e decisão. Nos tempos que correm temos tido sobejas oportunidades para aferir da necessidade de uma maior aproximação dos Serviços às Comunidades.

Na referida reunião de Câmara, os Vereadores do Partido Socialista aprovaram na generalidade a proposta da Câmara, *obviamente porque se trata de garantir um serviço público essencial, mas é evidente que esta medida choca pela dimensão e carece até de explicação do Governo e da tutela das Finanças*, afirmou o Vereador João Braga Simões. E continuou: *sendo esta uma situação transversal a vários concelhos do distrito de Viana do Castelo, a quem estarão a ser pedidos funcionários nos mesmos moldes, não podemos deixar de notar falta de planeamento que parece existir*. E neste campo, João Braga Simões deixa a seguinte questão da qual urge resposta do poder Central, mas também da Câmara Municipal: *como pode a Câmara Municipal colocar 2 profissionais se, como vimos com a aprovação do mapa de pessoal, está tão carente de profissionais, principalmente numa área de competência técnica específica e de grande responsabilidade como a de contabilidade e finanças?*

Não conhecemos, quando redigimos esta intervenção, pormenores do referido Protocolo. Por uma questão de honra e serviço à nossa gente, esperamos que por exigência de transparência e lisura de procedimentos, rapidamente os termos e objetivos do protocolo possam ser do conhecimento e do escrutínio públicos, para bem de todos os arcuenses.

7 / Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026,
Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista



**Relatórios de atividades dos Membros da Assembleia dos eleitos para integrarem a
Assembleia intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do alto Minho**

Reuniões da CIM 2025

(Mandato 2025/2029)

Não existiram reuniões

(Mandato 2021/2025)

- 1ª **Reunião ordinária de 28/04/2025** - pelas 18h00 no Cine Teatro João Verde, em Monção.

Acabou por não se realizar por falta de quórum

- 1ª **Reunião ordinária de 08/05/2025** pelas 18h00 no Cine Teatro João Verde, em Monção.

- Foi feita a apreciação de assuntos de interesse da comunidade intermunicipal, da iniciativa dos membros da Assembleia.

- Apreciação da atividade intermunicipal.

-Apreciação e votação do relatório de Gestão e contas referente ao ano2024.

- Apreciação e votação dos documentos da revisão ao orçamento de 2025, por incorporação dos saldos de gerência de 2024 e compromissos plurianuais assumidos em 2024.

~~Alteração~~ ^{Apreciação} e votação da alteração ao mapa de pessoal de 2025.

- Apresentação de um vídeo, investir no futuro do Alto Minho: O impacto dos fundos Estruturantes no Desenvolvimento do nosso território.

- 1ª **Reunião extraordinária de 27/06/2025 pelas 18h00** – no Auditório da Villa Moraes em Ponte de Lima.

- Nomeação de Auditor externo para os anos económicos de 2025,2026 e 2027.

- Foi feita apreciação e votação do relatório de Gestão e contas consolidadas referente ao ano 2024.

- Foi aprovada a participação da CIM do Alto Minho como associado da Associação Centro de Valorização e Transferências de Tecnologia (CVTT) – Agricultura, Ambiente, Alimentação e Recursos.

- Foi Aprovada a participação da CIM do Alto Minho como associado do SUSTEmare – Centro Tecnológico de Inovação em Energias e tecnologias Oceânicas.

Alberto Leiras



27/02/2025

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DOS MEMBROS DA CPCJ ELEITOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No dia **5 de fevereiro de 2026**, realizou-se a reunião da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arcos de Valdevez, na modalidade alargada, tendo estado presentes, em representação desta Assembleia Municipal, os seguintes membros:

- **Luís Machado, Sabina Cerqueira e Tânia Alves**

A reunião teve como principais pontos a apresentação e aprovação do **Relatório de Atividades referente ao ano de 2025** e a apresentação e aprovação do **Plano de Atividades para 2026**.

Relativamente ao ano de 2025, foi dado conhecimento do volume e movimentação processual. À semelhança de anos anteriores, a principal entidade sinalizadora continua a ser a GNR, sendo a problemática mais recorrente a exposição de crianças e jovens a comportamentos que comprometem o seu bem-estar e segurança, nomeadamente em contexto de violência doméstica. O relatório foi aprovado por unanimidade.

No que respeita ao Plano de Atividades para 2026, o mesmo estrutura-se em quatro eixos fundamentais.

Eixo 1 – Intervenção nas situações de risco/perigo
Mantém-se idêntico, assegurando a receção de denúncias, análise e acompanhamento dos processos, aplicação de medidas de promoção e proteção, articulação com o Ministério Público e intervenção junto das famílias.

Eixo 2 – Potenciação da intervenção da CPCJ e articulação interinstitucional
Permanece igualmente inalterado, reforçando o trabalho em rede com escolas, CNPDPCJ, Rede Social e demais entidades parceiras.

Eixo 3 – Prevenção de situações de perigo junto das crianças e jovens do concelho

Mantém a mesma linha orientadora, centrada na prevenção primária através de ações de sensibilização em meio escolar e comunitário.

Eixo 4 – Sensibilização para a Proteção e Promoção dos Direitos da Criança
Relativamente a este eixo, foi decidido reforçar a intervenção com propostas complementares debatidas na reunião, designadamente:

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DOS MEMBROS DA CPCJ ELEITOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Realização de sessões de prevenção no âmbito da cidadania, dirigidas aos consumos de estupefacientes e outros comportamentos desviantes;
- Articulação com o Agrupamento de Escolas para implementação de programas de estratégias preventivas, como o **projeto "Eu e os Outros"**;
- Reforço de iniciativas direcionadas à prevenção de comportamentos aditivos e delinquentes no concelho, tendo sido sugerido que a **GNR promova ações de fiscalização com identificação de menores em contextos de risco, a realização de campanhas de choque dirigidas aos pais e a envolvência de todas as entidades que possam aportar contributos de valor para esta causa;**
- Integração de crianças e jovens acompanhados pela CPCJ em projetos e intercâmbios promovidos pela Associação Juventude de Vila Fonche.

A reunião foi concluída pelas 16h30.

Cumpre-se desta forma o dever de transmitir a esta Assembleia a informação que entendemos como pertinente no âmbito da representação para a qual fomos eleitos.



Intervenção – Comissão Consultiva da 2.ª Revisão do PDM

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

Exmo. (s) Senhores Secretários;

Exmo. Senhor Presidente da Câmara;

Exmo.(s) Senhores Vereadores;

Senhoras e Senhores Deputados Municipais.

Na qualidade de membro da Comissão Consultiva da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal, em representação da Assembleia Municipal, cumpre-me apresentar o relatório de atividades relativo ao presente mandato.

Importa, desde logo, referir com toda a transparência que, até à presente data, a Comissão Consultiva ainda não reuniu neste mandato, não havendo, por isso, atividades materiais ou deliberações a reportar. Contudo, pelas informações recolhidas o processo encontra-se em fase bastante avançada, nomeadamente na fase final de obtenção de pareceres das entidades externas, sendo que, a curto prazo espera-se estarem reunidas as condições para aprovação final. Depois será a fase de discussão pública.

O Plano Diretor Municipal é muito mais do que um instrumento técnico de ordenamento do território. É o documento que define o modelo de desenvolvimento do concelho, condicionando decisões em matéria de habitação, atividade económica, mobilidade, proteção ambiental e qualidade de vida das populações.

A sua revisão assume, por isso, uma importância estratégica acrescida, na medida em que deve responder às alterações legislativas entretanto ocorridas, às novas exigências ambientais e às transformações sociais e económicas que o território tem vindo a conhecer.

A revisão do PDM de **Arcos de Valdevez** deve ser encarada como uma oportunidade para garantir um planeamento mais equilibrado, mais justo e mais ajustado às necessidades reais do concelho, conciliando a proteção dos valores naturais com a criação de condições para o desenvolvimento e a fixação de população.

Neste contexto, a presença da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva é fundamental para assegurar que este processo decorre com transparência, rigor e sentido democrático, garantindo que um instrumento de natureza técnica não se afasta da realidade social e das legítimas expectativas da comunidade que representamos.

Da minha parte, reafirmo a total disponibilidade para acompanhar de forma ativa e responsável os trabalhos da Comissão, contribuindo para que a revisão do PDM seja tecnicamente sólida, juridicamente segura e politicamente legitimada.



Comissão Municipal de Toponímia

Ponto 2 – Relatório de atividades dos membros eleitos.

Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Sr. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores,

Sras e Srs. Deputados.

A **Comissão Municipal de Toponímia**, eleita na sessão ordinária de 29 de dezembro de 2025 pelo Grupo Municipal do PSD, vem, pelo presente, dar conhecimento a esta Assembleia de que procedeu à análise do ponto de situação da toponímia do concelho, encontrando-se atualmente, nove freguesias em fase de elaboração ou aprovação da toponímia, a saber:

- Sistelo
- Cabreiro – aguarda aprovação
- Gavieira
- S. Jorge e Ermelo
- Oliveira – aguarda aprovação
- Távora
- Prozelo – aguarda aprovação
- Cabana Maior
- Monte Redondo – aguarda aprovação

No âmbito do ^{nosso} seu compromisso institucional de colaboração e apoio à Câmara Municipal nas deliberações relativas à toponímia ~~das freguesias~~, foi agendada, para o próximo mês de março, uma reunião a realizar nas instalações da Câmara Municipal.

Os representantes desta Comissão pautam a sua atuação pela salvaguarda do património histórico e cultural dos locais, pelo rigoroso cumprimento das normas aplicáveis à atribuição de topónimos e pela prevenção de eventuais constrangimentos que possam advir do processo de alteração da toponímia nas freguesias ainda pendentes de regularização.

Estamos disponíveis para receber os vossos contributos.

Muito obrigada.

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

A27



Exm.º Presidente da Assembleia Municipal, Dr.º João Manuel Esteves

Exm.ºs Membros da Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez

Nos termos do n.º 3, art.º 14.º, do Regimento da Assembleia Municipal, como membro eleito, cumpre-me apresentar as atividades da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR).

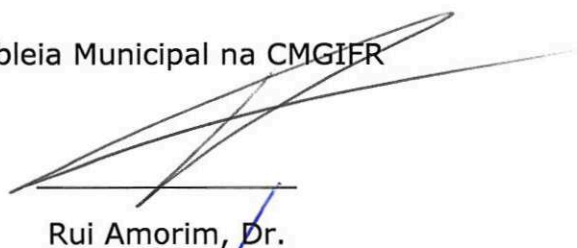
Assim, informo que a desde a minha eleição, a CMGIFR reuniu no dia 26-01-2026, pelas 11 horas, na Câmara Municipal, tendo como ordem de trabalhos a análise e emissão de um parecer relativo a uma obra particular (Processo LC10-EDI-55/2025), nos termos do Decreto-Lei n.º 82/2021, encontrando-se presente o Eng.º Carlos Taveira, Vereador, que presidiu em representação do Exm.º Presidente da Câmara, um representante do ICNF, o Comandante do Posto da GNR em Arcos de Valdevez, uma representante da Associação Florestal do Lima, um representante da REN e eu próprio.

Naquela data, hora e local, após análise do Processo, a CMGIFR emitiu parecer favorável por maioria, com a abstenção do representante do ICNF, findando a reunião pelas 11:30 horas.

É o que me cumpre informar,

Arcos de Valdevez, 27-02-2026

O representante da Assembleia Municipal na CMGIFR



Rui Amorim, Dr.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

**Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,**

Em representação do Conselho Cinegético Municipal de Arcos de Valdevez, importa sublinhar que nos encontramos numa fase de consolidação da sua composição e funcionamento, estando ainda em curso a nomeação de alguns representantes. Ainda assim, é fundamental clarificar desde já os objetivos estratégicos que irão orientar a nossa atuação.

O propósito central do Conselho é garantir uma gestão cinegética equilibrada, tecnicamente fundamentada e compatível com a conservação da biodiversidade, a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento rural do concelho.

Nesse sentido, definimos como prioridades estruturantes:

- Promover uma gestão baseada em dados e monitorização regular das populações cinegéticas, assegurando decisões sustentadas e ajustadas à realidade do território;
- Prevenir e mitigar conflitos entre atividade cinegética e atividade agrícola, reforçando o diálogo com agricultores, proprietários e associações locais;
- Assegurar maior transparência e participação na gestão das zonas de caça, valorizando o papel das comunidades e promovendo responsabilidade partilhada;
- Contribuir para a compatibilização da atividade cinegética com os objetivos de conservação da natureza, especialmente em áreas sensíveis do concelho.

O Conselho pretende afirmar-se como um espaço de concertação técnica e institucional, capaz de promover equilíbrio, responsabilidade e visão de longo prazo na gestão cinegética de Arcos de Valdevez.

Estamos convictos de que, com a composição plenamente formalizada, será possível desenvolver um trabalho consistente e estruturado, alinhado com os interesses do território e das suas comunidades.

Muito obrigado.

Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, 27-02-2026

Permitam-me ainda deixar uma ideia para reflexão.

Se temos uma atividade cinegética com expressão no concelho, talvez possamos também olhar para ela como oportunidade.

Poderá fazer sentido promover um diálogo entre o Município, as associações de caçadores e a restauração local, no sentido de valorizar a carne de caça na nossa gastronomia, criando eventualmente iniciativas que reforcem a economia local e a identidade do concelho, com a Marca CAÇA À MESA.

Gerir é essencial. Mas valorizar os recursos do território também é uma forma inteligente de desenvolver.

As freguesias estão disponíveis para colaborar de forma construtiva, sempre com o objetivo de defender as populações e promover um concelho equilibrado, seguro e sustentável.

Muito obrigado.

A29

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

Intervenção – Representante dos Presidentes de Junta

Relatório de atividades

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhores Secretários;
Senhor Presidente da Câmara;
Senhores Vereadores;
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Caros colegas Presidentes de Junta.

Intervenho nesta Assembleia Municipal na qualidade de representante dos Presidentes de Junta de Freguesia, para dar conta das atividades desenvolvidas no âmbito dessa representação.

No decurso do presente e curto mandato, este exercício traduziu-se, desde logo, na participação institucional nos trabalhos da Assembleia Municipal, designadamente na reunião da Comissão Permanente, realizada no dia 30 de janeiro, na qual foi analisado o respetivo regimento.

Importa ainda registar que, no âmbito desta representação, fui convidado a participar na visita oficial do Senhor Presidente da Assembleia da República ao concelho, realizada no passado dia 21 de fevereiro, para se inteirar dos estragos causados na última intempérie.

Para além destas participações formais, este mandato tem envolvido um trabalho regular de contacto e articulação com os Presidentes de Junta de Freguesia, acompanhando as principais preocupações das freguesias e procurando assegurar que essas questões sejam devidamente sinalizadas junto dos órgãos municipais competentes.

Importa sublinhar que este trabalho assenta na proximidade das Juntas de Freguesia às populações, o que permite um conhecimento direto da realidade local e das diferentes dinâmicas existentes no concelho de **Arcos de Valdevez**.

A diversidade territorial do concelho exige respostas diferenciadas e uma articulação permanente entre as Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, num espírito de cooperação institucional e de procura de soluções equilibradas.

Reitero, por fim, o compromisso de continuar a assegurar esta representação ativa, valorizando o papel das Juntas de Freguesia enquanto parceiros essenciais do poder local e da coesão territorial do concelho.

Muito obrigado.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026



Ponto 3 - Cartão Municipal Inclusão +

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais, caro público aqui presente.

O Grupo Municipal do PSD saúda a apresentação do *Cartão Municipal Inclusão +*, uma medida que reconhece e valoriza aqueles que mais contribuíram para o desenvolvimento do nosso concelho e aqueles que, pela sua condição, mais necessitam de apoio para garantir uma vida digna e plenamente integrada na comunidade.

Esta proposta representa um passo importante na construção de um município mais solidário, mais atento e mais próximo das pessoas. Ao dirigir-se a cidadãos com **65 ou mais anos** e a pessoas com **incapacidade igual ou superior a 60%**, o cartão responde a necessidades reais, promovendo não apenas o acesso a benefícios, mas sobretudo a **dignificação**, a **autonomia** e a **participação ativa** destes munícipes na vida social, cultural e comunitária de Arcos de Valdevez.

Destacamos três aspetos que consideramos particularmente relevantes:

- **Reconhecimento social** — O cartão valoriza os nossos seniores e cidadãos com incapacidade, reforçando o respeito e a atenção que lhes são devidos.
- **Promoção da inclusão** — Ao facilitar o acesso a serviços, atividades e iniciativas municipais, contribui para combater o isolamento e reforçar a participação cívica.
- **Justiça social** — A medida dirige-se a quem mais precisa, garantindo que o município atua de forma equilibrada, humana e responsável.

O PSD entende que políticas públicas eficazes são aquelas que colocam as pessoas no centro das decisões. O *Cartão Municipal Inclusão +* vai nesse sentido, reforçando a coesão social e promovendo uma comunidade mais justa e mais unida.

Por isso, o Grupo Municipal do PSD manifesta o seu **apoio** a esta iniciativa, reconhecendo o seu contributo positivo para a melhoria das condições de vida dos arcuenses e para a construção de um concelho mais inclusivo, mais solidário e mais atento às necessidades de todos.

Arcos de Valdevez, 27 de Fevereiro de 2026

O grupo Municipal do PSD





**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia
27 de fevereiro de 2026**

PONTO 3 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL INCLUSÃO

Na nossa opinião, o Cartão Municipal Inclusão + representa uma boa iniciativa. Parte de um princípio estruturante do Partido Socialista: apoiar as pessoas mais vulneráveis, promover a inclusão social e criar condições para uma maior igualdade no acesso a serviços e oportunidades no nosso Concelho.

Mas precisamente porque falamos de inclusão, entendemos que este regulamento merece uma reflexão mais ambiciosa e algumas melhorias que potenciem a sua eficácia.

Porque a inclusão não se mede apenas pelas boas intenções, apropria-se pela forma como as medidas funcionam na vida real das pessoas.

O regulamento define critérios claros de acesso, baseados sobretudo na idade e na incapacidade formalmente reconhecida. Mas a realidade social é bem mais complexa. Há situações de fragilidade económica e social que não cabem facilmente em percentagens ou critérios rígidos. E a pergunta que deixamos é simples: queremos um cartão que inclua apenas quem cabe numa definição administrativa... ou um cartão que responda verdadeiramente às situações de vulnerabilidade existentes no concelho?

Poderá ser ponderada a criação de mecanismos de avaliação social complementar, permitindo enquadrar situações particularmente vulneráveis mediante parecer técnico dos serviços competentes, garantindo simultaneamente que não existe uma redundância de apoios relativamente às medidas sociais já disponibilizadas pelo Município.

Outro ponto que mereceu a nossa reflexão foi o processo de candidatura. Se o objetivo é facilitar o acesso, então devemos questionar se não estaremos, em alguns casos, a criar mais barreiras burocráticas do que soluções. Muitas das pessoas que serão beneficiárias deste cartão são precisamente aquelas para quem a burocracia representa um marcado obstáculo. Perguntamos, por isso, se não seria possível simplificar procedimentos, reforçando a articulação entre serviços municipais, evitando que os munícipes tenham de apresentar documentos que a própria organização já possui.

A inclusão começa no acesso e não no papel. O regulamento prevê uma renovação periódica. Mas será razoável obrigar pessoas com situações permanentes, como idade avançada ou incapacidade irreversível, a repetir processos administrativos de dois em dois anos?





Talvez fosse mais razoável e eficiente prever a renovação automática nos casos em que a condição do beneficiário não se altera. Menos burocracia para os munícipes e menos encargos administrativos para o Município.

O regulamento permite a adesão de entidades parceiras e partes interessadas, e aqui vemos uma oportunidade que ainda não está plenamente aproveitada. Porque este cartão pode e deve ser também uma ferramenta de dinamização da economia local. Se houver uma estratégia clara de envolvimento do comércio local, da restauração, de serviços essenciais e de pequenas empresas, o cartão deixa de ser apenas um benefício social e passa a ser também um instrumento de desenvolvimento local. Beneficia quem dele necessita e, simultaneamente, reforça a economia do Concelho.

Todavia, criar o cartão não basta! É fundamental garantir que os munícipes o conhecem, sabem utilizá-lo e quais os benefícios concretos que têm ao seu alcance. Neste contexto, as Juntas de Freguesia e as IPSS podem e devem ter um papel central, porque estão, muitas vezes, na primeira linha de contacto com a nossa população. Sem uma comunicação clara e direcionada para este público-alvo, arriscamo-nos a ter um bom regulamento, mas pouco utilizado.

Finalmente, há uma questão essencial: a avaliação. Quantos cartões serão atribuídos?

Que benefícios serão efetivamente utilizados? Que constrangimentos operacionais irão surgir?

Sem uma avaliação e acompanhamento sistemáticos, corremos o risco de criar uma medida bonita no papel, mas sem impacto real. Defendemos que esta Assembleia deve acompanhar a execução deste regulamento através de indicadores claros, permitindo ajustes futuros com base em resultados concretos.

O Cartão Inclusão + é uma boa base. Mas o que hoje aqui discutimos não é se a ideia é boa, mas sim se está à altura da ambição que o nome impõe.

Inclusão é facilitar, é simplificar, é adaptar as respostas às pessoas. As propostas que hoje aqui deixamos têm esse objetivo: transformar um bom instrumento num verdadeiro instrumento de inclusão.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026,

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista





Grupo Municipal
Arcos de Valdevez

ASSEMBLEIA MUNICIPAL | 2025-2029



POSIÇÃO

PONTO 3 | Cartão INCLUSÃO +

Vem a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez propor a esta Assembleia a aprovação do **Regulamento do Cartão Municipal Inclusão +**.

Pese o ónus conjuntural desta medida, apresentamos já e de forma inequívoca o sentimento do grupo municipal do Partido CHEGA em aplaudir a iniciativa e manifestar o seu sentido de voto favorável, pelo impacte positivo que esta medida trará ao incremento da acessibilidade de pessoas mais vulneráveis a serviços e eventos municipais, sem contudo expressarmos a subliminar leitura que fazemos desta acção.

Contrariamente ao que é proliferado pela Comunicação Social nacional, pelos Partidos Políticos do espectro da esquerda, e infelizmente também já com alguma relevância pelo Partido que apoiou a eleição do Sr. Presidente, de que *o Partido CHEGA não ser um partido de causas sociais*. Afirmamos que **Somos! Somos sim!**

Temos é visões e teremos, quando formos poder, um 'modus operandi' muito diferentes de fazer política de desenvolvimento social, e muito importante, de forma a que não seja instrumentalizada demagogicamente para fins eleitoristas.

Somos permanentemente catalogados de populistas e de não democráticos, contudo a prerrogativa desta medida revela sem qualquer filtro a mais pura expressão de como se utiliza a máquina do Estado para a qualquer preço 'manusear' a opinião pública para o conforto que é conveniente à criação de uma atmosfera favorável à empatia generalizada. Portanto em nosso entender o populismo no seu expoente máximo, roçando portanto a demagogia.

Afirmamos esta perspectiva pois decorre de há uns anos para cá, uma 'enxurrada' de transferências de competências e atribuições do Estado Central para o Estado Local, o que revela expressões que nos deixam seriamente preocupados, entre outras e no âmbito deste assunto, nomeadamente:

- A demissão do Estado Central [na figura do Governo, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e das Instituições com tutela] em definir uma política séria e a sério que conduza à robustez da sociedade por via do emprego e do trabalho, entenda-se da Economia, e no real enquadramento da necessidade emergente em medidas complementares com vista ao apoio 'nacional' universal e criterioso aos portugueses efectivamente vulneráveis. Ou seja uma política nacional como um todo, universal, coerente, transversal e desagarrada de qualquer veleidade municipalista. Por consequente, gera no Poder Local a oportunidade para accionar mecanismos compensatórios, pela 'falência' do Estado Central para o propósito em causa, onde a criação deste cartão INCLUSÃO +, expressa indubitavelmente esse sentido.



Grupo Municipal
Arcos de Valdevez

ASSEMBLEIA MUNICIPAL | 2025-2029



POSIÇÃO

PONTO 3 | Cartão INCLUSÃO +

Vem a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez propor a esta Assembleia a aprovação do **Regulamento do Cartão Municipal Inclusão +**.

Pese o ónus conjuntural desta medida, apresentamos já e de forma inequívoca o sentimento do grupo municipal do Partido CHEGA em aplaudir a iniciativa e manifestar o seu sentido de voto favorável, pelo impacte positivo que esta medida trará ao incremento da acessibilidade de pessoas mais vulneráveis a serviços e eventos municipais, ~~sem contudo expressarmos a subliminar leitura que fazemos desta acção.~~

Contrariamente ao que é proliferado pela Comunicação Social nacional, pelos Partidos Políticos do espectro da esquerda, e infelizmente também já com alguma relevância pelo Partido que apoiou a eleição do Sr. Presidente, de que *o Partido CHEGA não ser um partido de causas sociais*. Afirmamos que **Somos! Somos sim!**

Temos é visões e teremos, quando formos poder, um 'modus operandi' muito diferente de fazer política de desenvolvimento social, e muito importante, de forma a que não seja instrumentalizada demagogicamente para fins eleitoralistas.

Somos permanentemente catalogados de populistas e de não democráticos, contudo a prerrogativa desta medida revela sem qualquer filtro a mais pura expressão de como se utiliza a máquina do Estado para a qualquer preço 'manusear' a opinião pública para o conforto que é conveniente à criação de uma atmosfera favorável à empatia generalizada. Portanto em nosso entender o populismo no seu expoente máximo, roçando portanto a demagogia.

Afirmamos esta perspectiva pois decorre de há uns anos para cá, uma 'enxurrada' de transferências de competências e atribuições do Estado Central para o Estado Local, o que revela expressões que nos deixam seriamente preocupados, entre outras e no âmbito deste assunto, nomeadamente:

- A demissão do Estado Central [na figura do Governo, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e das Instituições com tutela] em definir uma política séria e a sério que conduza à robustez da sociedade por via do emprego e do trabalho, entenda-se da Economia, e no real enquadramento da necessidade emergente em medidas complementares com vista ao apoio 'nacional' universal e criterioso aos portugueses efectivamente vulneráveis. Ou seja uma política nacional como um todo, universal, coerente, transversal e desagarrada de qualquer veleidade municipalista. Por conseguinte, gera no Poder Local a oportunidade para accionar mecanismos compensatórios, pela 'falência' do Estado Central para o propósito em causa, onde a criação deste cartão INCLUSÃO +, expressa indubitavelmente esse sentido.



Grupo Municipal
Arcos de Valdevez

ASSEMBLEIA MUNICIPAL | 2025-2029



Arcos de Valdevez, 27 de Fevereiro de 2026

Os deputados municipais do Partido CHEGA

A stylized blue ink signature of Albano Araújo, written over a horizontal line.

Albano Araújo

A blue ink signature of Anabela Araújo, written over a horizontal line.

Anabela Araújo

A blue ink signature of André Rodrigues, written over a horizontal line.

André Rodrigues

A blue ink signature of Liliana Ribeiro, written over a horizontal line.

Liliana Ribeiro

A blue ink signature of Sofia Brito, written over a horizontal line.

Sofia Brito

Ponto 4 - Protocolos de Apoio Financeiro às Freguesias

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,

Senhores Deputados Municipais

O Grupo Municipal do PSD entende que **os protocolos de apoio financeiro às freguesias são um instrumento absolutamente essencial para garantir a coesão territorial e a capacidade de resposta das nossas comunidades locais.** As freguesias são a estrutura mais próxima das pessoas, conhecem melhor do que ninguém as necessidades reais do terreno e são, muitas vezes, o primeiro e o único ponto de apoio para muitos cidadãos.

É precisamente por isso que afirmamos, com clareza, que estes apoios não representam um simples ato administrativo. **Representam um investimento necessário,** um investimento que permite às freguesias cumprir as suas responsabilidades, manter infraestruturas, apoiar a população, dinamizar iniciativas e responder a problemas que, sem estes recursos, ficariam inevitavelmente por resolver.

A verdade é que, sem estes protocolos, muitas freguesias não teriam condições para fazer face às necessidades do dia a dia. Não teriam meios para assegurar serviços básicos, para manter equipamentos, para apoiar associações ou para garantir a proximidade que caracteriza o poder local. E isso teria consequências diretas na qualidade de vida das pessoas.

Para o PSD, apoiar as freguesias é também promover a igualdade de oportunidades no nosso concelho. É garantir que todos os cidadãos, independentemente da freguesia onde vivem, têm acesso a condições semelhantes, a serviços dignos e a respostas eficazes. É impedir que existam freguesias de primeira e freguesias de segunda. É assegurar que o desenvolvimento chega a todos, sem exceção.

Por isso, reafirmamos a importância destes protocolos e a necessidade de os manter, reforçar e valorizar. **Porque investir nas freguesias é investir no concelho. É investir nas pessoas. É investir no futuro.**

Muito obrigada.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 27 de fevereiro de 2026

Ponto 4 – Protocolo de apoio com as Freguesias

A posição do PS de Arcos de Valdevez sobre este tema é sobejamente conhecida e mantêmo-la com convicção reforçada.

Defendemos um novo modelo de protocolo de apoio às Freguesias, um modelo que as coloque no mesmo patamar de diálogo com o município, assente em critérios reais de coesão e equidade territorial. Um modelo que reconheça que tratar todos por igual, quando as realidades são profundamente desiguais, não é justa, é uma forma disfarçada de injustiça.

Se há uma lição que estas tempestades nos deixaram e foram semanas duras, semanas que puseram à prova pessoas e instituições, é que os verdadeiros pilares da proteção civil são os nossos autarcas de proximidade. São os Presidentes de Junta. São eles que conhecem os seus fregueses pelo nome, que sabem onde mora a família mais vulnerável, que chegam antes de qualquer instrução de cima. O próprio Primeiro-Ministro o reconheceu no último debate parlamentar*, quando se discutiram os efeitos devastadores das depressões que colocaram em estado de calamidade vários municípios do nosso país e que causaram também estragos significativos no nosso concelho.

Mas Sr. Presidente reconhecer não basta, é preciso agir em conformidade.

Para que os nossos autarcas possam efetivamente cumprir esta missão, para que sejam de facto a primeira linha da proteção civil, é indispensável que o orçamento municipal os equipe para isso, com recursos financeiros, com pessoal, com meios materiais. E não da forma como acontece agora, com um modelo que nivela o que não deve ser nivelado, mas sim de forma equitativa, proporcional às necessidades reais de cada Junta, com a garantia, isso sim, de que nenhuma receberá menos do que recebe hoje.

Há ainda outra dimensão que não podemos ignorar. Nas últimas décadas, movidos pela vontade legítima de servir as suas populações, os nossos executivos construíram acessos, abriram caminhos, responderam às necessidades com o que tinham ao alcance. Não lhes poderíamos exigir mais, fizeram o que sabiam, com os poucos meios que possuíam, e fizeram-no com dedicação. Mas hoje podemos e devemos fazer melhor.

Para isso, os serviços técnicos municipais têm de estar ao serviço das Freguesias, apoiando a conceção e o desenho dos projetos que pretendem implementar. Assim garantiremos, no futuro, menor risco para as nossas populações e menores custos na reparação dos danos que estas tempestades insistem em causar.

Defendemos no passado e continuamos a defender com a mesma determinação a criação de um Gabinete Municipal de Apoio Técnico às Juntas de Freguesia.

* e hoje o Sr. Presidente da Câmara





Defendemos também, e continuaremos a defender, que não faz sentido a forma dispersa e fragmentada com que os protocolos chegam a esta Assembleia ao longo do ano.

Não se trata de ingerência na vida das Freguesias, está longe disso, trata-se de bom senso. Sabemos à partida que todas as Freguesias receberam a delegação de competências sobre os caminhos vicinais e municipais, então por que não assinar esses protocolos no início do ano, dando às Juntas condições reais de planear, de gerir com eficiência, de tomar decisões sem a incerteza de verbas que chegam quando chegam? Não é controlar, é respeitar.

O PS está disponível, como sempre esteve, temos o historial, temos as propostas, temos a vontade de colaborar na construção de um novo regulamento do protocolo de apoio às Juntas de Freguesia. Sabemos que estamos num novo ciclo político, compreendemos que reformas estruturais não se constroem de um dia para o outro, mas o tempo não pode ser uma desculpa, tem de ser um compromisso.

E por isso lançamos hoje um desafio concreto, público e mensurável: que até ao final deste ano seja apresentado a esta Assembleia um novo modelo, para que todos, município e Freguesias, possam preparar-se, em sede de orçamento, para regras mais justas, mais claras e mais eficazes no ano seguinte.

Não pedimos o impossível. Pedimos a vontade.

Estaremos, como sempre estivemos, do lado das soluções que promovam maior equidade, maior coesão territorial e maior dignidade para quem serve as nossas comunidades, todos os dias, na primeira linha, muitas vezes sem que ninguém veja.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026,

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista



Composição do Júri para o Cargo de Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,

Senhores Deputados Municipais,

Intervimos neste ponto com sentido de responsabilidade institucional e clareza prática: o que estamos a votar não é uma pessoa ou um nome, mas sim a composição de um júri que garantirá a legalidade, o rigor e a imparcialidade do procedimento concursal.

O cargo de Chefe da Divisão Administrativa e Financeira não é apenas um lugar num organograma. É a função que assegura que cada decisão política tem sustentação financeira, que cada compromisso assumido é exequível, que cada euro dos munícipes é gerido com responsabilidade e transparência.

É uma função de confiança institucional. De exigência técnica. E, acima de tudo, de integridade.

Este processo surge na sequência da aposentação do Dr. Faustino Gomes Soares, pessoa que desempenhou estas funções com elevado sentido de dever, competência e absoluta idoneidade. O seu percurso foi marcado por rigor, discrição e lealdade institucional. Deixa um legado de profissionalismo que honra o Município e que eleva o padrão de exigência para quem vier a suceder-lhe. É justo reconhecê-lo publicamente.

Porque as instituições constroem-se com pessoas, e algumas deixam marca.

A proposta de júri foi apresentada nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012. A lei define que o júri deve ser composto por três elementos: um presidente e dois vogais; escolhidos entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade.

A composição proposta cumpre integralmente estes requisitos:

- O presidente, Dr. Faustino Soares, é um ex-Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, licenciado em Direito, com longa experiência prática na área que vai avaliar.
- O primeiro vogal, António Rego, é Chefe da Divisão Financeira na Câmara Municipal de Viana do Castelo, licenciado em Administração Pública, com experiência consolidada em gestão financeira autárquica.
- O segundo vogal, Luís Matos, exerce funções de chefia numa estrutura intermunicipal, é licenciado em Economia e tem percurso relevante em contabilidade, contratação pública, recursos humanos e gestão de fundos.

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

A35-2



Resulta assim um júri com competências complementares (Direito, Administração Pública e Economia), experiência real em funções de direção, conhecimento prático da administração local e pluralidade institucional.

Não existe qualquer indício de irregularidade, incompatibilidade ou conflito de interesses.

A proposta foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara, o que demonstra o consenso quanto à sua adequação técnica.

A credibilidade de um Município começa na solidez das suas decisões financeiras e na integridade de quem as supervisiona.

Por isso, votaremos favoravelmente esta composição, convictos de que estamos a reforçar a transparência, o rigor e a estabilidade da nossa gestão municipal.

Muito obrigado.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026

JORGE ANDRIM



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 27 de fevereiro de 2026

Ponto 5 - Proposta de composição do Júri de recrutamento para o cargo de chefe da divisão administrativo e financeira

O ponto que agora apreciamos refere-se à proposta de composição do júri do procedimento concursal para o cargo de Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Arcos de Valdevez.

Estamos a falar de um cargo particularmente relevante na estrutura municipal, com responsabilidades diretas na gestão administrativa, financeira e de recursos humanos da autarquia, áreas absolutamente centrais para o bom funcionamento dos serviços municipais e para a gestão rigorosa dos recursos públicos.

Nos termos da Lei n.º 49/2012 (art.º 13º) cabe à Assembleia Municipal aprovar a composição do júri destes procedimentos concursais.

Esta competência, na nossa perspectiva, não é meramente formal. Existe precisamente para assegurar o escrutínio democrático, a transparência e a confiança pública nos processos de recrutamento para cargos dirigentes da administração local.

Queremos começar por reconhecer que os nomes apresentados para integrar o júri possuem experiência relevante na administração pública local e nas áreas administrativa e financeira. Esse facto é importante, mesmo muito importante e tem de ser.

No entanto, há alguns aspetos deste processo que justificam reflexão e que, no exercício das nossas funções de fiscalização do executivo municipal, enquanto eleitos da Assembleia Municipal, entendemos dever colocar. Desde logo, um primeiro aspeto prende-se com a presidência do júri.

O presidente do júri proposto desempenhou, durante muitos anos funções como Chefe da Divisão Administrativa e Financeira deste Município, cargo que cessou recentemente por aposentação.

Não colocamos em causa o mérito profissional nem a experiência acumulada ao longo de décadas de serviço público. Longe disso! É merecedor do nosso reconhecimento e agradecimento pela dedicação com que abraçou décadas de serviço público e a qualidade do serviço que prestou.

Contudo, isso significa também que, quem ocupou durante muitos anos o cargo que agora está a concurso, presidirá ao júri que escolherá o seu sucessor.

Ou seja, sendo esta uma solução, importa perguntar se esta solução é a mais adequada do ponto de vista da perceção de independência do procedimento concursal. À semelhança do que o ex-Primeiro Ministro Pedro Passos Coelho referiu a propósito da designação do Dr- Luis Neves como Ministro da Administração Interna depois de ter sido Director Nacional da PJ, não deveria ter sido convidado.

Num contexto em que os cidadãos exigem cada vez mais transparência na administração pública, é fundamental que os concursos para cargos dirigentes não apenas sejam legais, mas também sejam percebidos como plenamente imparciais e abertos à concorrência. Sem juízos prévios ou seleções de estima que, naturalmente, também podem ocorrer.





Por outro lado, o documento refere que foram realizados contactos formais com várias entidades para a constituição do júri. No entanto, não é possível perceber, com clareza quais foram essas entidades, quantas foram contactadas ou quais foram os critérios concretos utilizados na escolha final.

Sendo o júri um elemento absolutamente determinante num procedimento concursal desta natureza, parece-nos importante que este processo seja tão transparente quanto possível também perante esta Assembleia.

Permitam-nos, por isso, colocar algumas questões ao executivo municipal.

Primeira questão: Que critérios concretos presidiram à escolha das personalidades que integram este júri?

Segunda questão: Quantas entidades foram efetivamente contactadas para a constituição do júri e quais foram essas entidades?

Terceira questão: Foram consideradas alternativas para a presidência do júri, nomeadamente personalidades externas ao município que pudessem reforçar a perceção pública de independência do procedimento?

Quarta questão: Tendo em conta que o atual titular do cargo se encontra em regime de substituição desde dezembro de 2025, qual é o calendário previsto para a conclusão deste procedimento concursal?

Quinta questão: Que garantias pode a Câmara dar a esta Assembleia de que este concurso será efetivamente aberto, competitivo e capaz de atrair candidatos qualificados, eventualmente também fora da estrutura municipal?

E permitam-nos colocar ainda uma última questão, simples mas importante para a confiança pública neste processo:

Pode o executivo municipal garantir a esta Assembleia que nenhum candidato é já conhecido ou antecipado como provável vencedor deste concurso?

Estas perguntas não visam colocar em causa o mérito das pessoas indicadas nem criar suspeições pessoais. Repetimos: estas perguntas decorrem simplesmente do papel fiscalizador desta Assembleia Municipal e da responsabilidade que temos de assegurar que os processos de recrutamento para cargos dirigentes na administração local são conduzidos com total rigor institucional.

A confiança dos cidadãos nas instituições constrói-se também através da transparência dos procedimentos administrativos.

E nos concursos públicos, a confiança no resultado começa pela confiança no processo.

Arcos de Valdevez, 27 de fevereiro de 2026,

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

